



Universidade do Minho
Escola de Arquitectura

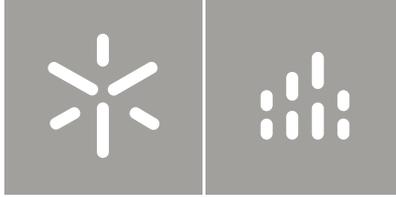
Camila Saavedra Gonçalves

PATRIMÓNIO NATURAL E ARQUITECTÓNICO:
Plano de intervenção na aldeia de Ermelo

Camila Saavedra Gonçalves PATRIMÓNIO NATURAL E ARQUITECTÓNICO:
Plano de intervenção na aldeia de Ermelo

UMinho | 2012

Fevereiro de 2012



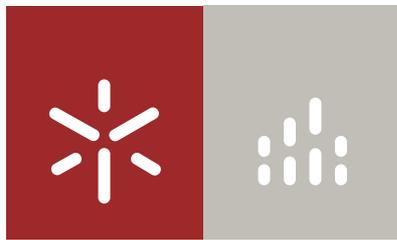
Universidade do Minho
Escola de Arquitectura

Camila Saavedra Gonçalves

**PATRIMÓNIO NATURAL E ARQUITECTÓNICO:
Plano de intervenção na aldeia de Ermelo**

Tese de Mestrado
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao
Grau de Mestre em Arquitectura
Cidade e território

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Elisiário José Vital Miranda



Universidade do Minho
Escola de Arquitectura

Camila Saavedra Gonçalves

PATRIMÓNIO NATURAL E ARQUITECTÓNICO:
Plano de intervenção na aldeia de Ermelo

| AGRADECIMENTOS |

Ao Professor Elisiário Miranda, pelo acompanhamento produtivo e pela transmissão de conhecimento absolutamente fundamentais.

Ao Professor Carlos Maia, pelo contributo essencial da sua orientação na primeira fase deste trabalho.

Ao Arquitecto José Nobre, pela sua gentileza e tempo despendido.

À Arquitecta e amiga Catarina Fernandes, pelo auxílio logístico e afectivo indubitavelmente imprescindíveis.

À minha Família e amigos, pela consideração, apoio e motivação.

À Câmara Municipal de Mondim de Basto, ao Centro de Informação e Interpretação do Parque Natural do Alvão e ao Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade pelo material disponibilizado.

|ABSTRACT|

This present work emerged from the ambition to propose an architectural intervention in the remarkable landscape of Ermelo, mainly because of the potentialities of contemplation and enjoyment that its outstanding character offers to any project that intends to enclosure in it, but also for the personal unrest motivated by the way that it's being currently appropriated. Consequently, when associating the new tourist trend of demanding natural places for leisure to the increasing knowledge and search of one of the biggest Europe waterfalls found on the village in question, it appeared to be coherent the conclusion that this landscape needed an intervention adjusted to its character as a way to prevent certain future discontents.

Despite its inclusion in a natural park, the selected area is described as a strongly humanized landscape that lost its ancestral supremacy, gathering today a population mainly senior. Its proximity to urban centers intensifies the damaging human concentration, that tends to be aggravated as it becomes more known and its accesses are improved. These are facts that had defined the tourist activity in rural space as a subject to be developed. Therefore as an approach to support the visitation, on the leisure zones that suffer a bigger concentration during summertime a few structures were proposed and on the urban area some constructions were redirected to the practice of Tourism in rural space. Both these complementary parts react to the number of visitors who travel to appreciate and enjoy the beauty of a landscape that is integrated in a protected area and intent to contribute to the usefulness of this chosen territory in a disciplined and particular approach.

ÍNDICE I

	pág.
INTRODUÇÃO	
Escolha da proposta	1
Consolidação do programa	3
Estrutura do trabalho	5
	7
ENQUADRAMENTO TEÓRICO:	
TURISMO ENQUANTO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO	
Tipos de turismo	9
O sistema turístico	13
Efeitos do turismo	15
Turismo sustentável	17
	19
ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO:	
ERMELO - PAISAGEM CULTURAL	23
Ermelo	27
Paisagem construída	31
Paisagem Natural	41
Actividades económicas e equipamentos	45
Potencialidades turísticas	49

PROPOSTA:	51
REABILITAÇÃO TURÍSTICA NO AGLOMERADO HABITACIONAL	61
Estacionamento	77
Centro de apoio ao desporto na natureza	83
EQUIPAMENTOS DE APOIO À RECREAÇÃO	93
Ponto de observação 1	95
Ponto de observação 2	101
Ponto de observação 3	107
Ponto de observação 4	113
Ponto de observação 5	119
Miradouro das Fisgas	125
CONCLUSÃO	131
LISTA DE IMAGENS	137
BIBLIOGRAFIA	157

INTRODUÇÃO |

| ESCOLHA DA PROPOSTA |

A temática inicial do presente trabalho surge do desejo de intervir na paisagem singular de Ermelo, em grande parte pelas potencialidades de contemplação e fruição que o seu carácter magnífico oferece a qualquer projecto que nela se pretenda enquadrar, mas também pela inquietude provocada pelo modo como esta está a ser actualmente (des)apropriada. Neste sentido, ao associar a nova tendência turística pela demanda de locais naturais para o ócio ao aumento do conhecimento e procura de umas das maiores quedas da Europa situada na aldeia em questão, pareceu coerente concluir que esta paisagem necessita de uma intervenção ajustada ao seu carácter excepcional para prevenir certos descontentamentos futuros.

No decorrer da análise do território, efectuada com o intuito de delinear quais os limites reais da proposta, todos os recursos possíveis que contribuíssem para uma melhor e maior compreensão foram explorados. Mas nesta fase, a problemática inicial adensou-se. As várias digressões realizadas proporcionaram de facto uma maior apreensão/compreensão daquela realidade observada. No entanto, ao contrário do que era esperado, agravou a dificuldade em demarcar a área de intervenção. Ao descobrir toda a paisagem circundante, ao avistar continuamente (nas ditas visitas) a realidade da paisagem construída que sempre se impunha no meio daquele “cenário”, (talvez influenciada pela condição da futura profissão) surge um ímpeto incontrolável de intervir não só nos locais de uso sazonal mas também na própria aldeia (núcleo habitacional).

Este instante foi despoletado pela circunstância de (infelizmente), tanto a maioria das pessoas que se deslocam a esta admirável paisagem, quanto os seus habitantes, demonstrarem pouca (ou mesmo nenhuma) consideração pela verdadeira importância desta. Ao observar um panorama comum resultante de uma ocupação não planeada, da ausência de uma aplicação de políticas adequadas às particularidades de um território protegido e do estado de abandono em que se encontram algumas construções tradicionais, considerou-se pertinente expandir a intervenção neste território para além dos limites inicialmente supostos para pôr termo ao comportamento aparentemente desinteressado dos que dele usufruem. Que, afinal, não é só característico dos que visitam mas também daqueles que nele habitam.¹

¹ “...todo este património está a perder-se, porque mais uma vez se verifica a “cegueira” que os locais têm para com os seus próprios valores, preferindo adulterar e construir de forma estereotipada do que manter os seus valores, só porque estes são discretos, não traduzindo o novo “status” dos seus possuidores.” – (MOURA, Robert Manners - *Parque Natural do Alvão: Perspectivas*, pg.29)

| CONSOLIDAÇÃO DO PROGRAMA |

Embora se insira num parque natural, a área escolhida descreve-se como uma paisagem fortemente humanizada que perdeu o seu vigor ancestral, encontrando-se hoje representada por uma população maioritariamente envelhecida². Localiza-se relativamente próxima de centros urbanos e por isso é alvo de uma grande pressão humana, que tende a agravar-se à medida que se torna mais conhecida e os seus acessos melhorados. Estes são factos que simplesmente não se puderam ignorar ou eliminar. Muito pelo contrário, foram estes acontecimentos que definiram a actividade turística em espaço rural como conteúdo programático a desenvolver.

Deste modo, no âmbito desta tese, propõem-se a construção de equipamentos de apoio à visita/recreação nas zonas que sofrem uma maior concentração durante a época balnear, como também se apresenta a decisão de intervir em parte do espaço da povoação redireccionando-o para a prática de Turismo em espaço rural. Ainda que estes desígnios possam parecer dois enunciados distintos pretende-se que sejam dois “momentos” de uma única proposta, transformando-se assim em partes complementares, uma consolidando a outra. Juntas fazem parte da estratégia de intervenção para a aldeia de Ermelo e cada uma responde à mesma solicitação – contacto com o rural/natural - mas com tempos diferentes. Ambas reagem ao número de visitantes que se deslocam para apreciar e usufruir da beleza de uma paisagem que faz parte de uma área protegida e ambas pretendem dar a conhecer de uma forma particular e disciplinada o território escolhido.

É certo que a prática turística nem sempre se coaduna com os melhores interesses de certos locais. Face à maioritária fragilidade, existem inúmeros exemplos onde estes colidem e chegam mesmo a ser inconciliáveis, mas para o local em questão, esta parece ser uma solução viável e com possibilidades de êxito promissor. Como acontece em muitas outras regiões interiores do nosso país, Ermelo encontra-se em *processo de degradação*³, mas acredita-se na possibilidade de contrariar esta realidade através da criação de actividades diferenciadas, estimuladas pela relação complementar entre a agricultura, o ambiente e o turismo.

² “ (...) a população tem envelhecido bastante quer pelo topo, quer pela base das pirâmides etárias, o que significa que o número de idosos tem aumentado, enquanto o número de crianças e jovens tem vindo a diminuir, pelas saídas tanto para as cidades como para o estrangeiro.” (*TURISMO DE NATUREZA ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO PARQUE NATURAL DO ALVÃO 2000 – 2006: Aldeia de Ermelo*, ICNB (Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade). [Internet] Disponível em http://www.icn.pt/TurismoNatureza_anexos/PNAL.pdf, pg.7)

³ Expressão que caracteriza o estado da aldeia a vários níveis (demográfico, arquitectónico, cultural, etc.). Retirada do *Plano de Ordenamento do Parque Natural do Alvão: Estudos de Caracterização – Sócio-Economia e Desenvolvimento Rural* cedido pelo ICNB (Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade), pg.21.

| ESTRUTURA DO TRABALHO |

Primeiramente, no capítulo TURISMO ENQUANTO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO surge o enquadramento teórico da actividade que fundamenta e incita a execução da proposta, apresentam-se as suas características e variabilidades, expondo quais os agentes que orientam e definem o sistema turístico. Para que assim se possa entender a base sobre qual o projecto se consolida.

A aproximação e descrição das particularidades do local escolhido são feitas no capítulo ERMELO – PAISAGEM CULTURAL, ao qual se seguem os capítulos REABILITAÇÃO TURÍSTICA NO AGLOMERADO HABITACIONAL e EQUIPAMENTOS DE APOIO À RECREAÇÃO que formalizam a proposta de revitalização deste lugar, através da introdução de equipamentos e serviços que possibilitem a fruição recreativa e turística do espaço rural que é Ermelo.

A proposta recreativa será alvo de maior desenvolvimento em termos de concepção e detalhe arquitectónicos. A proposta de reabilitação turística limita-se a um simples plano de ideias e conceitos de intervenção, que poderão eventualmente servir de base para um possível desenvolvimento futuro.

TURISMO ENQUANTO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO |

Ao distinguir-se como uma actividade evidentemente humana, o Turismo pode ser abordado por inúmeras disciplinas (economia, psicologia, antropologia, sociologia, geografia ...) e assim possuir inúmeras definições, cada uma delas moldada ao “sujeito” que interpreta. Este não é um evento particular da sociedade contemporânea, muitas civilizações anteriores ao século XIX desfrutaram dos seus benefícios. Portanto, se a origem da sua definição actual como *actividade de viajar, de conhecer lugares que não aquele onde se vive habitualmente*⁴ é bastante longínqua, já as suas condicionantes e características actuais são relativamente recentes.

A facilidade de deslocação, o tempo livre, a existência de classes médias com poder de aquisição e as diferenças geoeconómicas são um conjunto de circunstâncias que só se consolidaram plenamente depois da segunda Guerra Mundial. E foi na segunda metade do século XX que se deu o maior desenvolvimento na história do Turismo, proporcionado pela nova ordem internacional, pela estabilidade social e pela expansão da cultura do ócio, tornando-se este no fenómeno de massas mais importante desta época e numa das actividades económicas mais relevantes da nossa sociedade actual.⁵

Alguns países e regiões em desenvolvimento têm inclusivamente crescido devido à orientação das suas prioridades políticas e económicas, enquadrando a dinâmica do turismo nas necessidades de expansão económica, social, cultural, política e psicológica da sociedade. Pois, *o turismo pode ser um poderoso agente de crescimento económico e, como tal, através de uma gestão cautelosa e preocupada com as populações, também um importante agente no desenvolvimento global do país e crescimento das diversas regiões.*⁶

⁴ Dicionário da língua portuguesa, Porto Editora, 2010

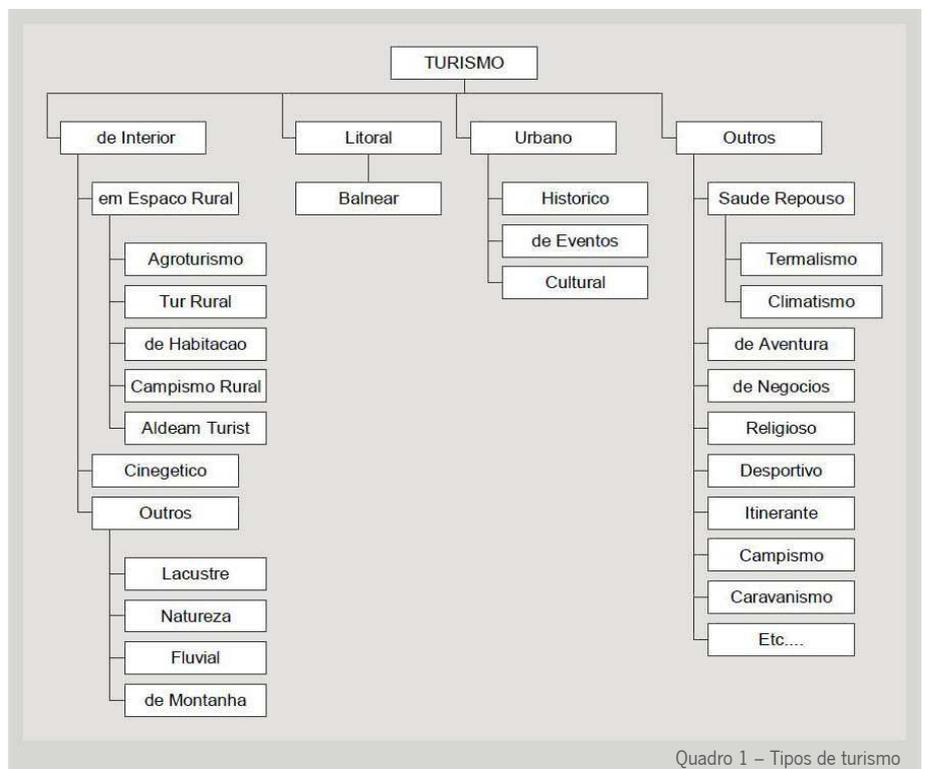
⁵ PRATS, Lorenç - *Antropología y patrimonio*, 1997, pg.42

⁶ MOREIRA, Fernando João - *O TURISMO EM ESPAÇO RURAL: Enquadramento e Expressão Geográfica no Território Português*, 1994, pg.56

TIPOS DE TURISMO

Quanto à caracterização e às variabilidades que este pode ter, sabendo que o seu campo de acção abrange diversos territórios geograficamente distintos, é possível definir diferentes tipos de turismo. Os meios económicos e técnicos, as motivações pessoais, a disponibilidade, o que *está na moda*, são alguns dos factores que orientam as escolhas do destino turístico.

Em Portugal, os territórios turísticos por excelência são as praias assinalados por uma enorme procura; seguidamente encontram-se os centros históricos.⁷ Mas existem também os viajantes que são ecologicamente conscientes e procuram cuidadosamente desempenhar um papel mais activo. Os que procuram uma realidade menos conhecida, uma alternativa às tendências estabelecidas, os que procuram o sossego e pacatez próprios do mundo rural. E são estes os sujeitos que se pretendem cativar ao propor-se revitalizar Ermelo.



⁷ ALEXANDRE, José Alberto Afonso - *O turismo em Portugal: evolução e distribuição*, pg.5

|| O SISTEMA TURÍSTICO ||

Relativamente aos agentes que compõem o sistema turístico (quadro 2), no que diz respeito à procura, esta exprime-se através dos potenciais visitantes de uma determinada área; quanto à oferta, são as atracções (recursos naturais e culturais, actividades desportivas e animação), os transportes e acessibilidades, os equipamentos e serviços turísticos (de alojamento, de restauração) e a informação/promoção que a definem. Importa ainda evidenciar que o equilíbrio entre as diferentes componentes da oferta é essencial para um bom funcionamento. Contudo, o sistema básico do turismo não actua isolado, é um fenómeno caracteristicamente dinâmico que compreende diversas dimensões e possui múltiplas relações com o seu meio ambiente: interage com outros sistemas como o económico, o social, o político-legal, o tecnológico, o ecológico e por isso é influenciado por diversos factores externos (quadro 3) que devem ser considerados no exercício do planeamento.⁸



Como observamos, são inúmeros os intervenientes que organizam esta acção multidisciplinar, e como tal deve haver obrigatoriamente a preocupação em estabelecer uma relação transdisciplinar e satisfatória entre e para todos. Porque a implementação da prática do Turismo em determinado território se não for bem estruturada, bem fundamentada segundo as especificidades do lugar, pode arruinar os atributos que o tornam elegível como espaço privilegiado de atracção turística.

⁸ GUNN, C. A. - Tourism Planning, 1988 *opud* MONIZ, Ana Isabel – *O Turismo nos Açores: Estudo sobre a oferta de alojamento turístico*, 1996, pg.22

|| EFEITOS DO TURISMO ||

É um facto que o impacto da abundância de veraneantes tende a agravar-se à medida que certo destino se torna mais conhecido, mais divulgado, mais visitado... e a região onde se insere a *principal curiosidade geológica (...), a queda de água das Fiskas de Ermelo, com um desnível vertiginoso de cerca de 250m*⁹, seguramente não escapará a essa realidade se certas medidas de antecipação não forem adoptadas. Isto porque, neste território, os equipamentos actuais não são suficientes nem satisfazem certas “exigências” dos seus visitantes, tornando-se num grave problema quando alguns destes estão dispostos a transgredir certas condutas para satisfazer as suas vontades.

No trabalho aqui exposto existe a consciência das “interferências” provocadas, tal como se acredita que certas “desapropriações” são adequadas, na medida em que estas acarretaram consigo fundamentos respeitadores e conservacionistas mas também elucidativos, que podem moderar o inquietante desenvolvimento da realidade actual deste lugar.

Da implantação desta actividade, baseada naturalmente num modelo de desenvolvimento sustentável, esperam-se (con)sequências propícias a um meio-ambiente saudável. Concordando que para tal suceder a sua introdução deve contemplar medidas de actuação capazes de alcançar resultados¹⁰ favoráveis, tais como:

- *A implementação de medidas de conservação dos recursos naturais;*
- *O restauro e a reabilitação de edifícios e lugares de valor histórico;*
- *A (re)valorização de costumes e tradições;*
- *A geração de emprego e renda, a diversificação da economia regional e local;*
- *As possibilidades de minimização de fluxos migratórios do campo para a cidade/exterior.*¹¹

⁹ LINDIM, Isabel - *Nº7 Ecoturismo e Natureza*, GUIAS SÁBADO, pg.23

¹⁰ É relevante acrescentar que estas ambições coincidem (na sua essência) com parte dos objectivos gerais do *Estudos e caracterização* do POPNAL, realizados pelo Departamento de Ambiente e Ordenamento da UNIVERSIDADE DE AVEIRO, (*Plano de Ordenamento do Parque Natural do Alvão – Estudos e caracterização: Introdução e Enquadramento*, pg.3)

¹¹ PIRES, Eliane Cristine Raab - *As Inter-relações Turismo, Meio Ambiente e Cultura*, 2004, pg.32

| TURISMO SUSTENTÁVEL |

Desde o seu início, a proposta apresentada teve como ambição transformar Ermelo num destino turístico alternativo com capacidade de resposta apenas para um restrito número de visitantes, respeitando a sua capacidade enquanto espaço rural, e não criar mais um destino turístico de massas, futuramente aniquilado por multidões. Por esta razão, se considerou relevante expor uma breve descrição do modelo que respeita e viabiliza este anseio.

Neste sentido o turismo sustentável, tal como todos os outros tipos de turismo, pretende satisfazer a procura turística em todos os níveis possíveis; o que o diferencia é a consciência de que existem limites que se devem respeitar, quer a curto quer a longo prazo, pois utiliza, de forma sustentável, o património natural e cultural, incentivando a sua conservação e a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo assim um bem-estar comum (quer dos visitantes quer dos habitantes).¹²

Mas para que este modelo adaptável e global seja realmente capaz de minimizar os efeitos negativos do turismo e causar um mínimo impacto é necessário haver um planeamento desta actividade orientado tanto para a satisfação da procura turística quanto para a melhoria da qualidade de vida da população local, ao mesmo tempo que existe a preocupação de respeitar as limitações da região acolhedora. Durante o processo de planeamento estes princípios de desenvolvimento sustentável podem ser convenientemente utilizados como suporte das políticas locais, tais como:

- *Agências, associações, grupos e indivíduos devem seguir princípios éticos que respeitem a cultura e o meio ambiente da área, da economia e do modo tradicional de vida, do comportamento da comunidade e dos princípios políticos;*
- *O turismo deve distribuir os lucros de forma equitativa entre os promotores de turismo e a população local;*
- *A população deve envolver-se no planeamento e no desenvolvimento dos planos locais em conjunto com o governo, os empresários e outros interessados;*
- *É essencial ter boa informação, pesquisa e comunicação da natureza do turismo, especialmente para os moradores do local, dando prioridade a um desenvolvimento duradouro, que envolve a realização de uma análise contínua e um controle de qualidade sobre os efeitos do turismo.*¹³

¹² SANCHO PÉREZ, Amparo; et al. - *Apuntes de metodología de la investigación en turismo*, 2001 *apud* PIRES, Eliane Cristine Raab, *op.cit*, pg.41

¹³ PIRES, Eliane Cristine Raab, *op.cit*, pg.42

Conclui-se, então, que para o desenvolvimento turístico sustentável ocorrer torna-se necessária a integração das singularidades do ambiente natural e cultural, das pessoas e dos recursos disponíveis.

ERMELO – PAISAGEM CULTURAL |

Antes de mais, considerou-se necessário expor uma “pequena observação”, sobre a paisagem e as suas particularidades para clarificar a noção desta(s) no contexto do presente trabalho. Uma vez que é segundo esta interpretação que se irá apresentar a leitura pessoal da realidade observada e o conseqüente projecto de arquitectura.¹⁴

Deste modo, ao pensar a paisagem simplesmente como um *espaço geográfico com determinadas características*¹⁵ e lhe acrescentar a noção de tempo como *sucessão de momentos em que se desenrolam os acontecimentos*¹⁶, é possível considerar que paisagem natural e paisagem construída se interpretem como um conjunto de acontecimentos que sucedem num determinado momento num espaço geográfico com determinadas características, e o que as distingue ou categoriza são os diferentes agentes que protagonizam esses acontecimentos.

Logo, a paisagem natural entende-se como um espaço geográfico com características específicas, que se desenvolve ao longo do tempo de forma distinta devido unicamente à actuação da natureza. Sucessivamente, esta converte-se em paisagem construída a partir do momento que a ocupação humana passa a interferir no processo de configuração do próprio espaço geográfico, contribuindo (conjuntamente com os agentes naturais), na formação progressiva das suas particularidades.

Falta descrever o que se considera ser a paisagem que principia o título do presente capítulo, a paisagem cultural. Sendo claramente a expressão de uma identidade colectiva, esta revela-se assim na configuração dos modos de fazer, de criar e viver de uma comunidade, que ocupa um determinado espaço geográfico.

¹⁴ Esta interpretação de paisagem derivou da investigação teórica efectuada no âmbito do desenvolvimento do projecto de arquitectura, pois ao longo da pesquisa realizada para um melhor entendimento desta foram várias as definições encontradas que induziram, no seu conjunto, as versões acima descritas.

¹⁵ Dicionário da língua portuguesa, Porto Editora, 2010

¹⁶ *Idem*

| ERMELO |

Ermelo é uma das freguesias mais conhecidas do concelho de Mondim de Basto. O lugar escolhido, seu homónimo, localiza-se entre montanhas e é a maior povoação pertencente ao Parque Natural do Alvão¹⁷ e uma das mais antigas aldeias portuguesas¹⁸. O desenvolvimento do seu povoado esteve associado à localização estratégica como ponto de paragem na importante rota de peregrinação a Santiago de Compostela. Favorecido ao longo dos séculos pela coroa portuguesa, anteriormente vila e sede de concelho, chegou a ter grande importância a nível local e regional, mas hoje é apenas cabeça de freguesia¹⁹.

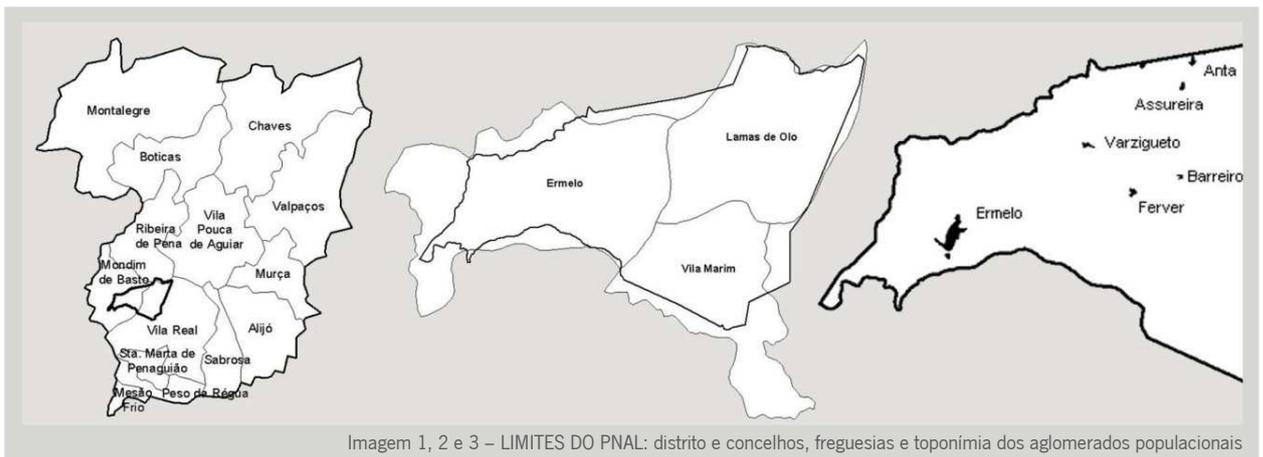


Imagem 1, 2 e 3 – LIMITES DO PNAL: distrito e concelhos, freguesias e toponímia dos aglomerados populacionais

Este lugar distingue-se pelo elevado potencial de contemplação e fruição da paisagem, factores que em muito contribuíram para a criação e definição do próprio Parque Natural do Alvão. Assim, e para melhor se compreender a razão da sua selecção para este trabalho, considerou-se adequada uma breve descrição transcrita dos *Estudos de caracterização* do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Alvão relativa à totalidade da área protegida, uma vez que esta descreve parcialmente a paisagem de Ermelo.

¹⁷ Este localiza-se no distrito de Vila Real e abrange 4 361 ha do concelho de Vila Real e 2 859 ha de Mondim de Basto, integrando 7220 ha de área total. (*Estudos e caracterização: Introdução e Enquadramento in* Plano de Ordenamento do Parque Natural do Alvão, pg.12)

¹⁸ O primeiro registo sobre o seu povoamento é introduzido pelo foral de D.Sancho I em 1196. (LOPES, Eduardo Teixeira – *ERMELO: História há 800 anos*, 1996 pg.XVIII)

¹⁹ JORGE, Luisa – *Organização e Estruturas in Retratos: Ermelo 1196 – 1996*, Instituto da Conservação da Natureza e Parque Natural do Alvão, Julho de 1996, pg.11-23)

Deste modo:

O Parque Natural do Alvão situa-se na zona de transição das serras do Alvão e do Marão, (...) considerando-se um parque de montanha. O relevo do Parque caracteriza-se pela elevada variação altimétrica, com cotas sucessivamente mais elevadas, cortado por vezes por vales abruptos, formando escarpas excepcionais, que resultam numa série de plataformas a diferentes altitudes (entre os 700 e os 1300 metros). Na origem da sua classificação como parque natural estão as espectaculares quedas de água de Fiskas de Ermelo. Este acidente natural (...) tem origem na formação de quartzitos, cuja extrema dureza provoca transições abruptas. O substrato geológico condiciona a paisagem de duas formas: directamente, pois condiciona a morfologia, a rede hidrográfica, o solo, a agricultura e, em última análise, a paisagem; e directamente, pela existência de várias rochas (granitos, xistos, quartzitos) que resultam numa diversidade paisagística.

(...) A paisagem do parque é constituída por ecossistemas de altitude, preponderando os agrossistemas associados a pequenos aglomerados. Ao longo dos tempos, as comunidades humanas que aí se fixaram contribuíram para a sua diversidade, de forma equilibrada e em harmonia com os ritmos da natureza, desenhando a Paisagem Cultural. Assim, as principais áreas agrícolas ocorrem associadas aos pequenos aglomerados populacionais.²⁰

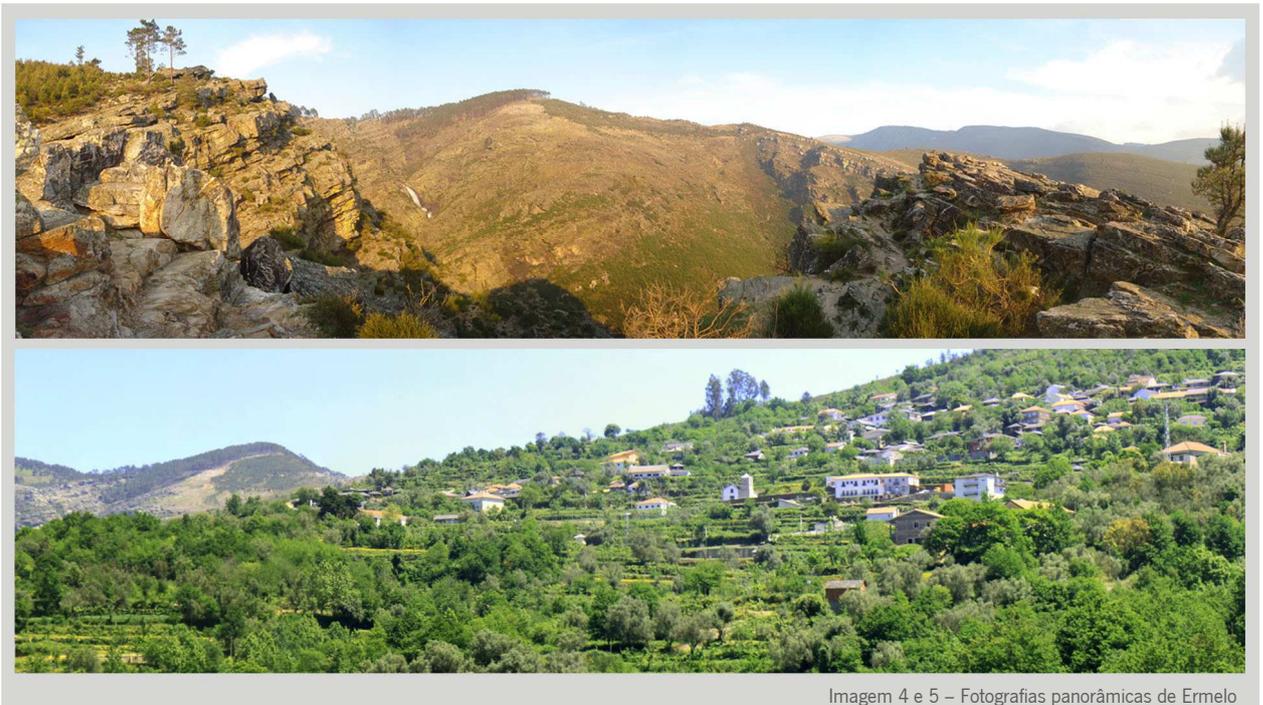


Imagem 4 e 5 – Fotografias panorâmicas de Ermelo

²⁰ *Estudos de caracterização: Património natural in Plano de Ordenamento do Parque Natural do Alvão, pg.124*

PAISAGEM CONSTRUÍDA

A morfologia do povoamento apresentava inicialmente uma organização linear, desenvolvendo-se ao longo dos dois lados dos eixos viários, com as casas a confrontar a rua. Caracterizando-se portanto como uma *aldeia arruada e polinuclear*²¹. O cruzamento de três vias principais (imagem 6) e uma rede de caminhos e veredas que atravessavam o território determinaram a sua configuração e dimensão.²² Assim, segundo uma divisão tripartida e independente²³ do aglomerado urbano, estabeleceu-se a povoação de Ermelo.

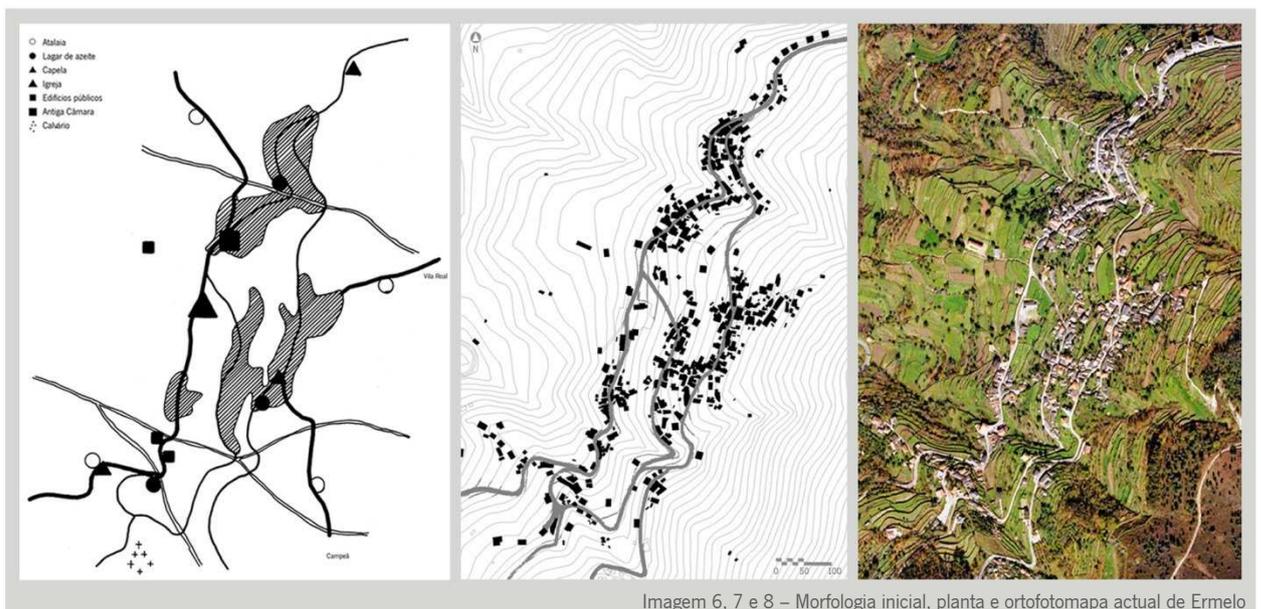


Imagem 6, 7 e 8 – Morfologia inicial, planta e ortofotomapa actual de Ermelo

Parte dessa lógica inicial de organização ainda se mantém hoje em dia. O conjunto habitacional da aldeia apresenta-se, contudo, bastante desvirtuado pela implantação de construções inadequadas e materiais não característicos da região. Mesmo assim Ermelo ainda contém um admirável acervo de património construído, destacando-se em particular os exemplares de arquitectura rural.

As construções vernaculares têm uma volumetria e beleza formal legitimamente francas pela forma coerente e ponderada como se enquadram na paisagem. Articulam entre si uma linguagem análoga, capaz de expressar uma leitura sensata do lugar e declarar uma grande coerência enquanto conjunto.

²¹ SALAVESSA, Maria Eunice da Costa – A construção vernácula do Alvão: Enquadramento, 2001, pg.149

²² A primeira via era o eixo norte/sul que ligava Chaves a Guimarães (este passava por Bilhó e Mondim), a segunda estabelecia ligação com Vila Real e a terceira partia da aldeia em direcção a Campeã. (JORGE, Luisa – Organização e Estruturas in op. cit , pg.11-23)

²³ *Eiró, Carreiras e Chão Grande, são os três pólos aglutinadores da comunidade. Cada um destes pontos forma um "bairro" com a sua autonomia e que rivalizam entre si. As estruturas produtivas mais pesadas, lagares de azeite e alambiques de aguardente estão em cada um representadas, e produzem para toda a aldeia. Tem três capelas dedicadas respectivamente a S. Gonçalo, S. Sebastião e S. José. (Idem pg.20)*

Todas elas são robustas, de pequena dimensão e estrategicamente adequadas/posicionadas segundo a sua função (habitacional ou produtiva) de modo a obter uma maior economia de meios. O isolamento e a dificuldade nos transportes determinaram, à semelhança das aldeias vizinhas, o aproveitamento das matérias existentes na natureza envolvente.

Na Serra do Alvão surgiram diferentes tipologias construtivas, cada uma delas desenvolvida de acordo com a caracterização do subsolo onde se inseriram, que alterna entre o granítico, o quartezítico e o xistoso. Em Ermelo predominam as rochas metamórficas, assim o xisto era o material pétreo utilizado. Após a sua extracção rudimentar através do uso de alavancas, os blocos irregulares eram seleccionados e sobrepostos de modo a formarem muros de suporte, paredes, pilares e coberturas em todas as construções. Pontualmente, (e porque este não é um material local), executaram-se cunhais e padieiras em granito apenas em edifícios religiosos e habitações de gente abastada.

Nos restantes elementos construtivos, como vigamentos das coberturas, tabuado (e eventual compartimentação) do piso superior, portas e portadas era utilizada a madeira. O carvalho e o castanho eram escolhidos frequentemente devido à sua robustez e durabilidade, mas a madeira de sobreiro e videiro também foram utilizadas. As coberturas, originariamente, eram feitas de colmo (pequenos molhos de palha de centeio alinhados e compactados), mas devido ao perigo de incêndio e ao sentimento de inferioridade dos habitantes, esta técnica foi substituída rapidamente pela simples justaposição de placas irregulares de lousa²⁴.

Os mesmos processos construtivos foram repetidos e aperfeiçoados ao longo de séculos, existindo algumas características comuns entre estruturas de diferentes funções. Em termos formais predominava a planta quadrangular; as paredes de alvenaria atingiam uma altura máxima de cinco metros e uma espessura média de sessenta e cinco centímetros (o que proporcionava grande estabilidade estrutural); o número de aberturas era reduzido apenas ao essencial, determinado pela exposição solar e ventos dominantes (apenas uma porta e uma janela/postigo na maioria dos casos).

As habitações afiguram-se maioritariamente como *casas-bloco*²⁵. São edifícios sóbrios e de pequeno porte

²⁴ Esta troca foi rápida e generalizada devido à facilidade de transporte proporcionada pela abertura da estrada Vila Real/Mondim de Basto. (JORGE, Luisa – *Arquitectura e materiais in op. cit*, pg.26)

²⁵ SALAVESSA, Maria Eunice da Costa, *op. Cit.*, pg.138

com a sua função de refúgio repartida por dois pisos. Estes são sobrepostos e independentes. A loja, no nível térreo, era destinada ao resguardo dos animais, à adega e aos arrumos das alfaias agrícolas. No andar sobrado distribuíam-se as diferentes zonas da habitação propriamente dita; o abrigo do homem era compartimentado de acordo com o estatuto dos seus habitantes. No caso das famílias mais modestas um único espaço agregava todas as funções, quando o estatuto social assim o permitia a zona de dormir era dividida por tabiques de madeira. Contudo a zona da cozinha possuía sempre uma área maior porque, independentemente das condições económicas, esta divisão era o centro de qualquer lar; a chaminé, um elemento que por norma se associa a este espaço, nesta região destaca-se pela sua ausência. Não existia ainda, qualquer tipo de peça de apoio sanitário, nem distribuição de água.

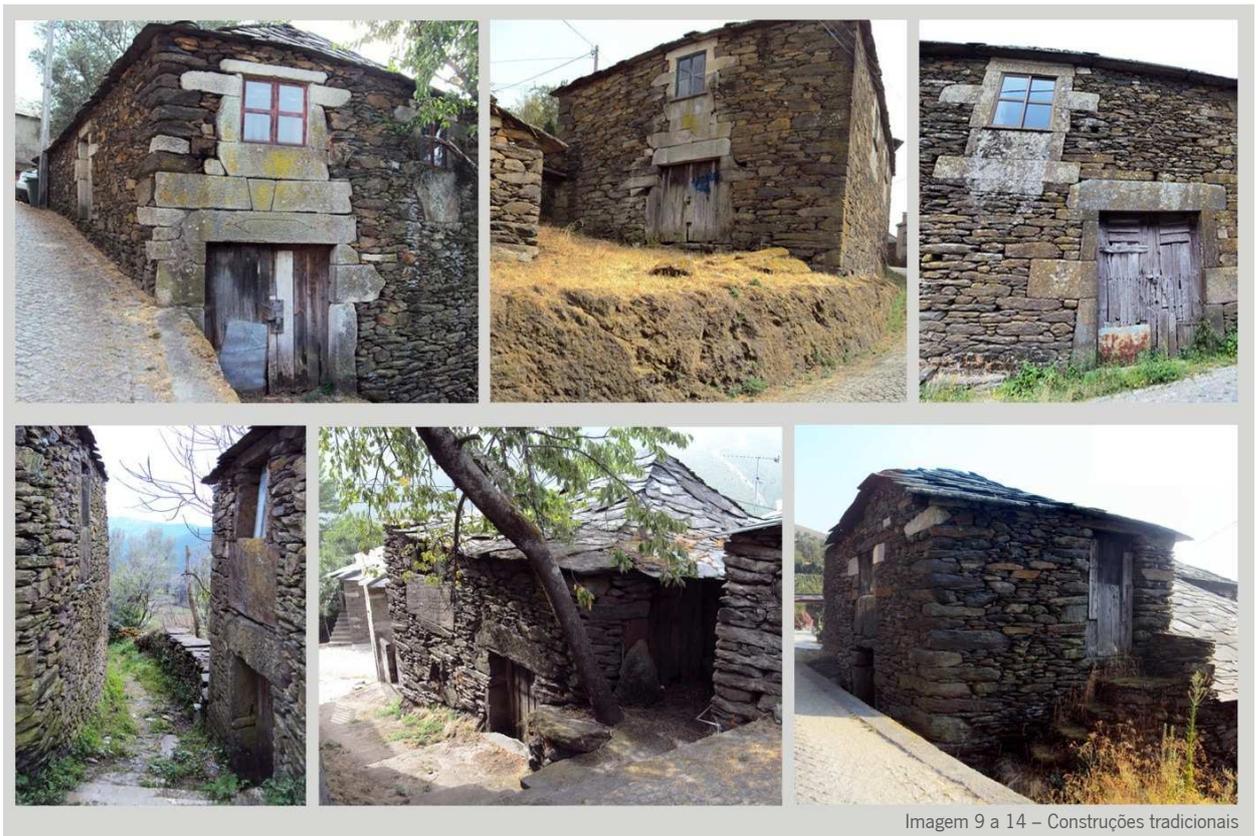


Imagem 9 a 14 – Construções tradicionais

Infelizmente, o cenário actual apresenta-se como um conflito crescente entre o “moderno” e o “antigo”, onde se constroem novas “mansões” enquanto os “velhos casebres”, são entregues ao abandono ou, os que ainda resistem são desvirtuados pela introdução de materiais desajustados. E da mesma forma não

se poderão adjectivar os mais recentes “exemplares”. Estes, em vez de procurarem alcançar a harmonia e a complementaridade com as construções tradicionais, apresentam-se inadequados e desmesurados. Talvez porque ainda não conseguiram ver que *o que a povoação tem para oferecer aos moradores, aos visitantes e aos amantes da arquitectura é a singularidade das suas construções*²⁶, e que através do entendimento e valorização destas é possível *extrair lições de coerência, de seriedade, de economia, de engenho, de funcionamento, de beleza... que (neste caso) em muito podem contribuir*²⁷ para o desenvolvimento económico e cultural da aldeia.



Imagem 15 a 18 – Construções recentes



Imagem 19 a 23 – Construções tradicionais desvirtuadas



Imagem 24, 25 e 26 – Construções tradicionais abandonadas

²⁶ JORGE, Luisa – *Arquitectura e materiais in op. cit*, pg.7

²⁷ ANTUNES, Alfredo da Mata [et al] – *Arquitectura Popular em Portugal*, 1998 pg.5

Considerando que estamos a descrever uma paisagem na qual o homem intervém teremos de falar, de igual modo, numa das formas mais elementares de apropriação do território, capaz de reflectir as capacidades de adaptação de uma comunidade rural, do vínculo substancial do Homem com a Natureza: a produção agrícola.

As construções que apoiavam esta prática espalham-se um pouco por toda a aldeia: palheiros e espigueiros, currais, estábulos, eiras, etc., manifestam a existência de uma história distante, de quando a agricultura ainda organizava as vontades dos habitantes. Como já foi referido anteriormente a população ao longo destes últimos anos tem vindo a diminuir, encontrando-se hoje extremamente envelhecida e maioritariamente dependente da agricultura de subsistência, a única que ainda vai permanecendo. Este declínio é bem visível a qualquer caminhante que se aventure a deambular por trajectos íngremes, outrora rotineiros de “outras gentes”, entre campos desvitalizados que desenham uma extensa topografia traçada por muros ondeantes, meras representações dos tempos de grandiosidade da actividade humana neste território.



Imagem 27, 28 e 29 – Fotografias panorâmicas dos campos de cultivo

PAISAGEM NATURAL

Embora se anuncie pela paisagem construída, que demonstra a admirável capacidade humana de transfiguração do território, Ermelo possui também deslumbrantes “construções” naturais, meticolosa e unicamente executadas pela força da Natureza, pela combinação dinâmica dos seus elementos.

Assim se formaram as magníficas (e já mencionadas), quedas de água das Fisgas, uma sucessão de estratos quartzíticos que oferecem às águas do Rio Ôlo uma robustez pujante. Uma paisagem natural composta por um afloramento rochoso desconcertante, marcante e imponente que se anuncia como um ponto de referência neste território. Um verdadeiro monumento natural, seguramente contemplado por muitos.



Imagem 30 e 31 – Fotografias panorâmicas das Fisgas de Ermelo

Depois do abismo, o rio continua a sua viagem por caminhos sinuosos menos atribulados, mas ainda assim cativantes. Mais próximo da aldeia, novamente a formação rochosa e as águas correntes “constroem” um local ideal para ser desfrutado e venerado. Aqui encontram-se as bem conhecidas e bastante gozadas piscinas naturais.



Estes não são os únicos valores naturais desta paisagem, existem muitos outros elementos e espécimes que a integram e contribuem igualmente para a sua caracterização peculiar. Existem imensos exemplares excepcionais de fauna e flora que aqui se geram e que também merecem ser descobertos.

Apenas se apresentaram estes dois exemplos de grande valor geológico, por serem os mais conhecidos e que impulsionam por isso grande parte da actividade turística nesta região.

ACTIVIDADES E EQUIPAMENTOS

A oferta turística em termos de alimentação, alojamento, produtos tradicionais, entre outros aspectos, é extremamente reduzida, tanto em Ermelo como nas restantes aldeias do Parque Natural do Alvão. O que justifica que 86,8% das pessoas que visitam esta região não faça qualquer gasto, salientando a falta de oferta de actividades e equipamentos como um dos aspectos menos satisfatórios da sua visita.²⁸

Estabelecimentos	Café	Taberna	Casa de Pasto	Restaurante	Mercearia	Alojamento
Arnal	0	0	0	0	0	0
Freguesia Vila Marim						
Dornelas	0	0	0	0	0	0
Lamas d'Olo	2	0	0	0	2	0
Freguesia Lamas d'Olo						
Concelho de Vila Real						
Assureira	0	0	0	0	0	0
Barreiro	1	0	0	0	0	0
Ermelo	4	0	0	1	2	4 quartos
Fervença	0	1	0	0	1	0
Varzigueto	0	0	0	0	0	0
Freguesia Ermelo						
Anta	0	0	1	0	0	0
Pioledo	1	0	1	0	0	0
Freguesia Bilhó						
Concelho de Mondim de Basto						
Total da Área do PNAL	8	1	2	1	5	4 quartos

Quadro 4 – Estabelecimentos na área do PNAL

Esta situação põe em causa a presença da actividade turística. Ao deslocar-se para outras localidades em busca de serenidade ou de novos desafios, todo o visitante aspira encontrar infra-estruturas que satisfaçam a sua condição de sujeito transeunte. Uma vez que não existem equipamentos que propiciem e garantam algum consumo não é possível desfrutar dos eventuais benefícios que podem advir da procura, quer no que diz respeito à manutenção da própria actividade, como na dinamização da economia local ou até mesmo na possível contribuição para melhorar as medidas de acção para a prevenção/conservação do parque. Isto agrava ainda mais o factor da pressão humana uma vez que os visitantes que não têm outras hipóteses de escolha continuam a concentrar-se nas zonas mais frágeis e susceptíveis à sua presença.²⁹

²⁸ Plano de Ordenamento do Parque Natural do Alvão – Estudos de caracterização: Sócio-Economia e Desenvolvimento Rural, pg.52

²⁹ Idem, pg.46

É o que acontece em Ermelo que, apesar de apresentar a maior oferta em termos de estabelecimentos comerciais em todo o Parque (quadro 4), não tem infra-estruturas suficientes e eficientemente consolidadas para poder resolver ou atenuar o problema da grande procura durante a época balnear.

As áreas de recreio e lazer que este lugar possui são: um parque de merendas (contíguo à estrada nacional nº304) e um Núcleo de Técnicas Tradicionais que se encontra permanentemente encerrado. No que se refere às actividades económicas existentes, para além da agricultura de subsistência, existe uma empresa de carpintaria e duas de construção civil. Estas actividades poderiam beneficiar ao cooperar na implantação consciente da actividade turística, contribuindo equitativa e conscientemente para um melhor desenvolvimento da aldeia.

|| POTENCIALIDADES TURÍSTICAS ||

Após este enquadramento, conclui-se se que o território escolhido possui condições para a implantação da actividade turística, uma vez que os seus agentes já estão presentes.

O requisito mínimo que contribui para o aumento da actividade turística já existe, a procura. E em termos de oferta, a qualidade dos seus recursos naturais e culturais são evidentes. Já no que se refere a equipamentos e serviços estes são bastante limitados, como vimos anteriormente. Situação que se pretende mudar com a proposta de requalificação de parte das construções tradicionais em desuso para que possam albergar este novo programa.

Acredita-se nas potencialidades turísticas de Ermelo e que esta actividade será capaz de revitalizar parte do património arquitectónico e etnográfico da aldeia, extinguindo o seu estado actual de decadência (quer a nível demográfico, económico e cultural). Mas tudo isto só acontecerá se todos os sistemas que interferem nesta actividade estabelecerem uma relação transdisciplinar³⁰. Porque, como afirma Fernando Moreira, *o turismo não é algo por si só benéfico*, para que o tão ambicionado crescimento se concretize de modo a que todos os seus intervenientes dele possam beneficiar. A configuração desta actividade deve ser planeada, a meta a atingir deve moldar-se ao espaço que se pretende explorar (e não o contrário). Por isso:

*Fica clara a necessidade de encontrar para o turismo um leque de objectivos a atingir a prazo, objectivos económicos como a dinamização da actividade económica a várias escalas e a utilização dos rendimentos do turismo para fazer face as carências neste domínio, mas também objectivos sociais no âmbito da melhoria de uma qualidade de vida e numa distribuição justa das benfeitorias e inconvenientes da prática turística por todos os sectores da população, objectivos de equilíbrio territorial visando a atenuação e não agravamento das disparidades espaciais, e objectivos conservacionistas, tendo em atenção que o património natural e cultural é um bem dificilmente renovável.*³¹

³⁰ V. Quadro 2 e 3

³¹ MOREIRA, Fernando João, *op. cit.*, pg.5

PROPOSTA |

Enquanto espaço de lazer ligado aos tempos livres é possível caracterizar o espaço rural segundo dois grupos: como espaço recreativo e como espaço turístico propriamente dito. O que os distingue é a duração da visita praticada por indivíduos de outras regiões; enquanto na primeira esta é inferior a vinte e quatro horas, na segunda, para se qualificar como tal, a permanência tem que ser superior a um dia.³²

Estas duas categorias intitulam os dois “momentos” do projecto para Ermelo: o enquadramento de equipamentos de apoio à recreação e a proposta de reestruturação no núcleo habitacional direccionada para a prática de turismo.

Neste sentido, a proposta destinada à aldeia³³ (por ser um espaço mais propício e ajustado à concentração de visitantes) baseia-se na criação de unidades de alojamento e serviços que possibilitem uma estadia superior a vinte e quatro horas. Propõem-se a reabilitação e/ou requalificação de parte do tecido urbano, não só para responder às necessidades de permanência prolongada dos turistas, mas também para a instalação de equipamentos e serviços que promovam igualmente uma experiência distinta da cultura local aos visitantes. Faculta-se assim a transmissão de conhecimentos e valores de todo um património cultural e arquitectónico a todo o tipo de viajantes.³⁴

Quanto à intervenção recreativa, esta prolonga-se segundo um percurso que parte da aldeia e tem como ponto de chegada as piscinas naturais do Rio Ôlo, bastante procuradas durante a época balnear. Ao longo deste, foram criadas novas possibilidades de contemplação proporcionadas por pequenas estruturas implantadas em pontos específicos que permitem uma relação visual e territorial mais próxima entre o visitante, o caminho percorrido/a percorrer e a paisagem envolvente. É possível dividir o percurso em dois segmentos e ambos têm como ponto de partida a aldeia, o primeiro já acima mencionado e um segundo que termina no miradouro das Fisgas. Apenas se desenvolveu o trajecto inicial, tanto por questões de consolidação projectual do programa a desenvolver, quanto pela impossibilidade de percorrer o mesmo (devido ao avanço incontrolado da vegetação). Tal circunstância não invalida a sua enunciação como parte do programa uma vez que se considera igualmente importante estabelecer a ligação (ainda que só referencial) com o lugar de maior protagonismo deste território.

³² MOREIRA, Fernando João, *op. cit.*, pg.64

³³ Convém lembrar que esta proposta de requalificação da aldeia apresenta-se como um simples plano geral de ideias e conceitos de intervenção, que poderá servir de base para um possível desenvolvimento futuro.

³⁴ Os indivíduos que se deslocam a qualquer local a lazer (que não o seu de origem) e aí permaneçam por um período inferior a vinte e quatro horas classificam-se como visitantes, quando há a intenção de pernoitar (e este tempo é excedido) estes classificam-se como turistas. MOREIRA, Fernando João, *op. cit.*, pg.64

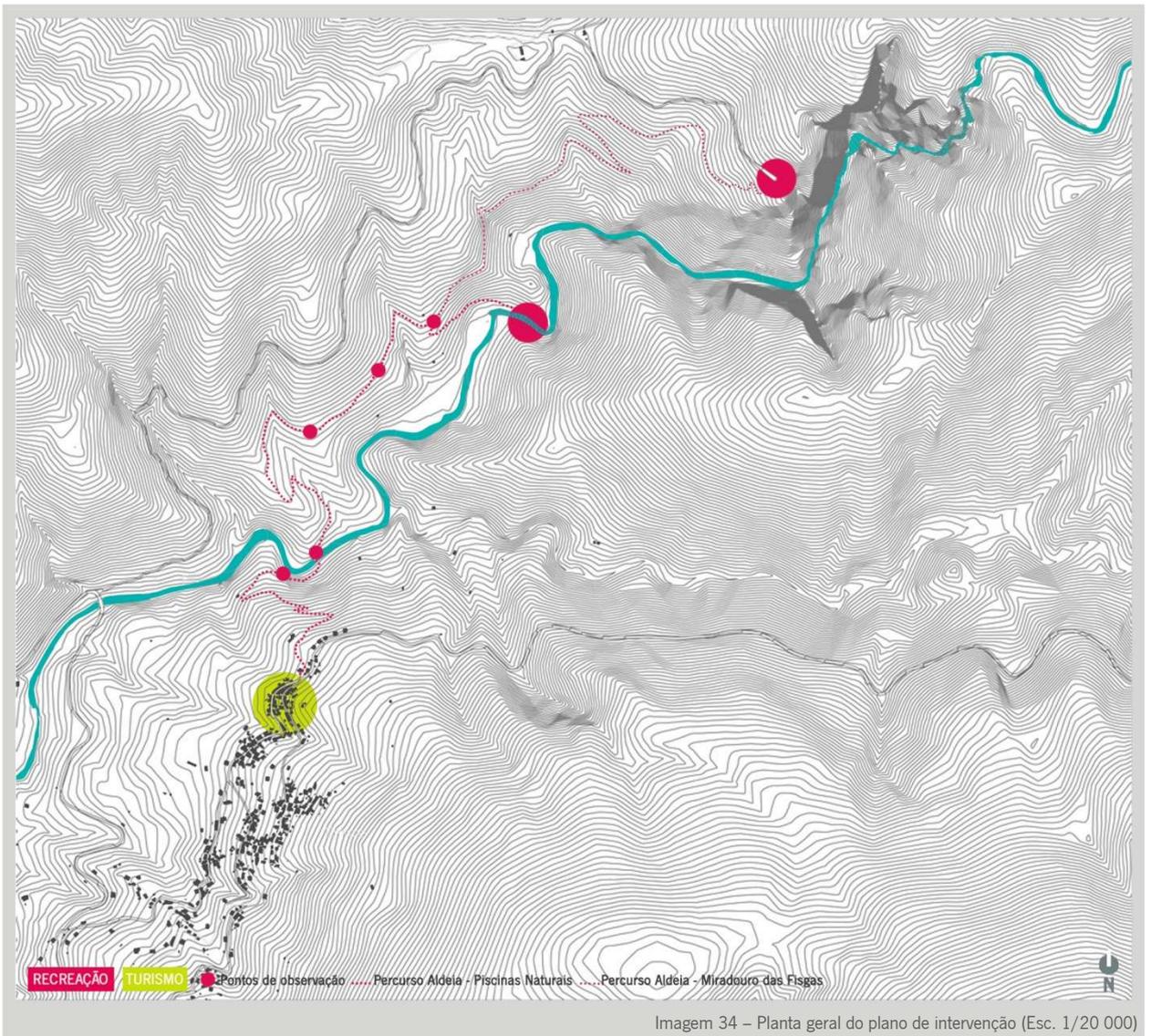


Imagem 34 – Planta geral do plano de intervenção (Esc. 1/20 000)



Imagem 35 a 40 – Maquete da proposta geral: relações visuais entre os vários pontos de intervenção

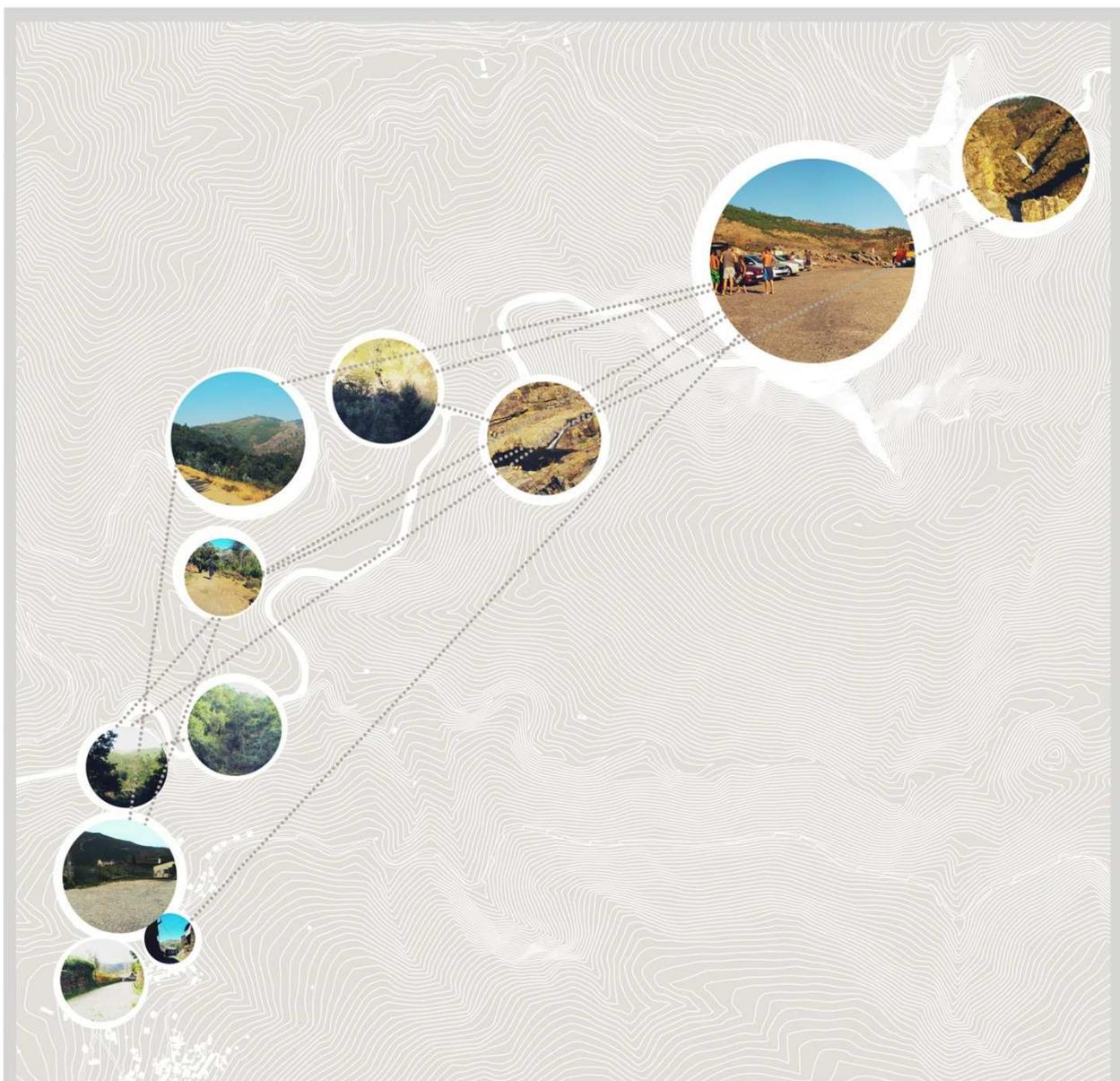


Imagem 41 – Relações visuais entre os vários pontos de intervenção

| REABILITAÇÃO TURÍSTICA NO AGLOMERADO HABITACIONAL |

A intenção de requalificação do património construído da aldeia foi desencadeada pelo aparente menosprezo a que está devotado. Para este efeito, o resgate de estruturas tradicionais para a inserção de unidades de alojamento e serviços turísticos mostra-se oportuno e adequado porque, para além de contribuir para qualificação e diversificação da oferta em Ermelo, contribui para a preservação, recuperação e valorização da herança arquitectónica/cultural local. A reabilitação das edificações devolutas evita, em concreto, futuras demolições inadequadas e desnecessárias (que certamente contribuiriam para o “colapso” de um espólio de autênticos exemplos de um “saber fazer” ancestral), ao mesmo tempo que integra a actividade turística de uma forma coerente e inteiramente ajustada ao espaço rural.

A selecção da área a requalificar foi determinada pelo número de construções tradicionais desocupadas, que ainda se mantêm em melhor estado de preservação (eventualmente com algumas transformações e excepções). A sua expressão e proximidade são aqui, mais significativas, possibilitando a introdução de um programa mais completo e diversificado. Existe contudo a consciência de que a maior parte destas precisará de obras de reparação profunda, porque nem todas estarão em condições seguras de utilização. Embora exteriormente aparentem alguma solidez, o mesmo não acontece nalguns espaços interiores; as estruturas de madeira utilizadas quer no sistema de suporte do telhado quer nos pisos e divisões superiores apresentam-se demasiado deterioradas. Certamente serão necessárias algumas alterações construtivas para melhorar as condições mínimas de habitabilidade, nomeadamente em termos de isolamento térmico, instalações eléctricas, sanitárias e de água potável.

Cada casa será um caso. Cada casa está num estado diferente de conservação requerendo uma intervenção específica adequada à sua condição particular. Pretende-se porém que a abordagem inicial seja comum a todas elas, moldando-se consoante a especificidade de cada circunstância. Assim, quando for possível uma reabilitação em que não seja necessária uma substituição ou alteração muito significativa do edificado, pretende-se manter o máximo da fisionomia original, desde os sistemas construtivos à composição formal. Mas, quando se tratar de uma remodelação drástica ou da integração de uma nova construção, prevê-se adoptar os mesmos princípios orientadores das construções tradicionais, articulados com os materiais e formas de construção actuais. Isto é, pretende-se que as futuras edificações sejam construídas de acordo com o seu tempo mas mantenham o respeito pelo lugar (conformidade da escala, associação ajustada de diferentes materiais). Que, tal como os “velhos casebres”, se incorporem de uma forma coerente com a topografia e toda a envolvente que as acolhe.

Ao restringir a área de intervenção turística e ao analisar o estado de utilização do conjunto edificado, estabeleceu-se uma divisão programática segundo a hierarquia das duas vias existentes. Assim, os equipamentos e serviços fixar-se-iam nas construções que acompanham o caminho municipal, servindo os turistas mas também os viajantes mais apressados, sem intenções de pernoitar. As restantes edificações, que têm acesso pela rua secundária, seriam resgatadas para unidades de alojamento (imagem 36). Para além desta distribuição segundo a hierarquia da rua, a própria disposição espacial das construções revelou-se adequada a cada uma das partes do programa.

Do total de 62 construções que se encontram dentro dos limites estabelecidos, 26 estão desabitadas, 10 encontram-se em ruínas³⁵ e as restantes são habitadas, sendo 36 o número de unidades escolhidas para o plano de reestruturação. Dessas 14 serão destinadas a equipamentos e serviços, 20 a alojamento e somente 2 seriam demolidas³⁶ (imagem 35).

Como se conclui, o número de construções a recuperar é significativo, o que permite explorar diferentes formas de alojamento. Mas também diversificar o tipo de equipamentos a sugerir para este espaço rural que beneficiariam tanto os visitantes em termos turísticos, quanto a população local em termos económicos, culturais e sociais. Para os primeiros esta multiplicidade apresentaria mais oferta, enquanto que para os segundos significaria novos espaços de convívio e mais postos de trabalho.

As modalidades de hospedagem turística que se adequam ao conjunto das unidades escolhidas para recuperação são o turismo de aldeia e um parque de campismo rural.³⁷

³⁵ Classificaram-se as edificações em estado de ruína, aquelas que apresentavam claramente danos consideráveis tanto na estrutura do telhado quanto na estrutura do piso superior. Incluíram-se também neste grupo, quatro casos em que as paredes exteriores são a única estrutura que permanece.

³⁶ Estas são construções com adulterações bastante profundas de modificação relativamente recente, e por isso não apresentam o mesmo valor de autenticidade das restantes edificações em ruínas.

³⁷ Segundo o DECRETO-LEI nº54/2002 *D.R.I Série A*. 59 [2002-03-11] 2068, por modalidade turismo de aldeia designa-se *o serviço de hospedagem prestado em conjunto de no mínimo cinco casas particulares situadas numa aldeia e exploradas de forma integrada, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, possuidores ou legítimos detentores e a exploração das casas de turismo de aldeia deve ser realizada por uma única entidade, sem prejuízo de a propriedade das mesmas pertencer a mais de uma pessoa*. Por parque de campismo rural depreendem-se *os terrenos destinados permanentemente ou temporariamente à instalação de acampamentos, integrados ou não em explorações agrícolas, cuja área não seja superior a 5000 m²*. Apesar de se enquadrarem na proposta, considera-se mais favorável a exploração do conjunto do turismo de aldeia por uma única entidade à exploração individual das casas de campo. As restantes modalidades de hospedagem, como turismo de habitação, o turismo rural e agro-turismo não se adequam em termos programáticos às unidades escolhidas que se encontram desabitadas (e com dimensões reduzidas), uma vez que nestes casos só pode haver exploração turística *por pessoas singulares ou sociedades singulares que sejam proprietárias, possuidoras ou legítimas detentoras das casas e que nelas residam durante o período de exploração*. Resta a modalidade de hotel rural que se considera despropositado para a proposta em questão.



Imagem 42 e 43 – Planta actual, planta com a divisão programática (Esc. 1/2 000)

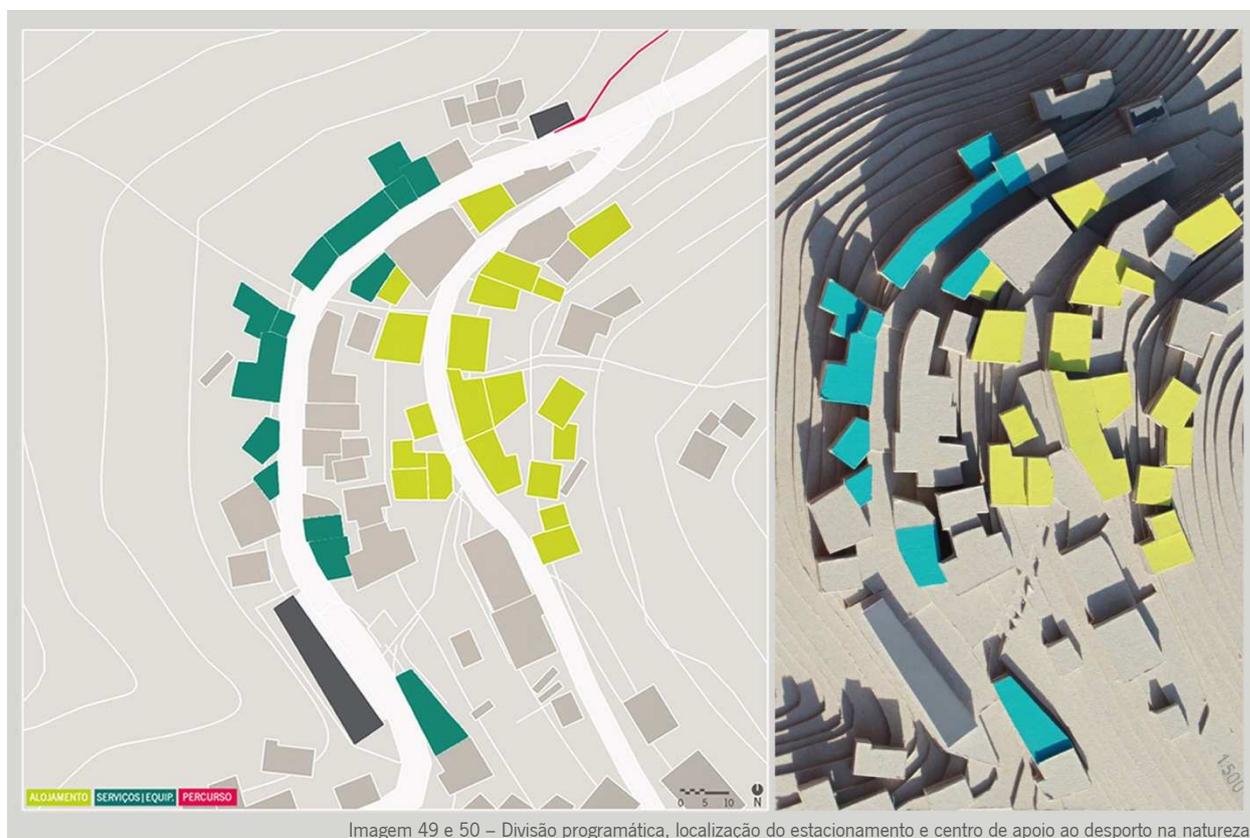


Imagem 44 a 47 – Caminho municipal e rua secundária



Imagem 48 – Campos de cultivo

O conjunto de vinte casas destinado a alojamento (situado na rua secundária) seria integrado na primeira modalidade, o turismo de aldeia, de forma a responder a diferentes solicitações que, por exemplo, poderiam partir de apenas uma pessoa ou de um grupo de estudantes. Quanto ao parque de campismo, os seus serviços de apoio inserir-se-iam no conjunto de edificações do caminho municipal, uma vez que este se situa mais próximo dos campos agrícolas adequados para a prática em questão. Quanto aos restantes serviços e equipamentos estabelecidos nesta mesma rua, propõe-se uma associação de possíveis conteúdos programáticos que seriam distribuídos segundo a melhor adequação a cada uma das construções³⁸. Esta distribuição funcional contemplaria uma frutaria, uma loja, um pequeno restaurante/café, um centro de informação turístico, uma loja de artesanato, uma oficina de técnicas tradicionais (onde se pudessem ensinar e aprender os antigos ofícios), um pequeno espaço para acolher diferentes eventos culturais, um ecomuseu (enquadrado no PNAL), um centro de apoio ao desporto na natureza e uma área para estacionamento automóvel. Os últimos dois equipamentos foram os escolhidos para desenvolver em projecto como exemplo da intervenção na aldeia.



³⁸ Para tal seria necessário um levantamento aprofundado com as dimensões e condições exactas de cada uma das edificações. Só depois desta avaliação será possível distribuir de forma concreta o programa proposto. Como tal não foi possível, apenas se apresenta a sua localização geral no conjunto.

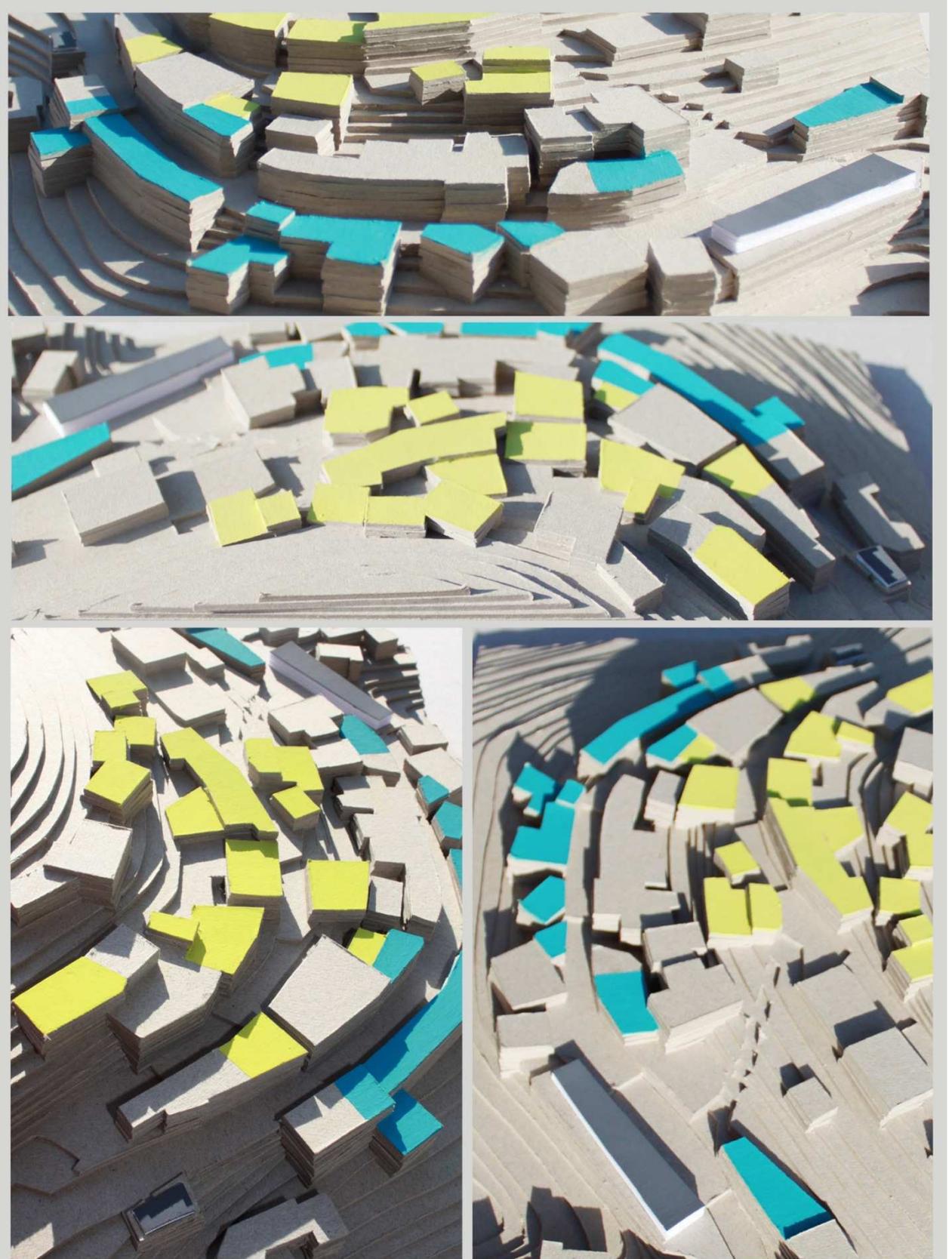


Imagem 51 a 54 – Maquete da área de intervenção turística

Para além de se propor a requalificação do conjunto habitacional, também se considera vantajosa a revitalização dos campos agrícolas. Assim a aldeia poderia voltar aos tempos de grande produtividade onde, em grande parte da topografia acidentada, predominava o uso agrícola do solo, recuperando-se os modos antigos de produção agrícola tradicional, que nos dias de hoje são a base da agricultura biológica/sustentável. Como esta tem vindo a assumir cada vez mais importância económica, crê-se que esta prática teria condições para se restabelecer.

Esta medida, associada à prática turística, possibilitaria o aumento da oferta de produtos locais, uma fonte segura de rendimentos que traria mais benefícios para a aldeia, contribuindo satisfatoriamente para o desenvolvimento das actividades económicas locais.



Imagem 55, 56 e 57 – Casas desabitadas

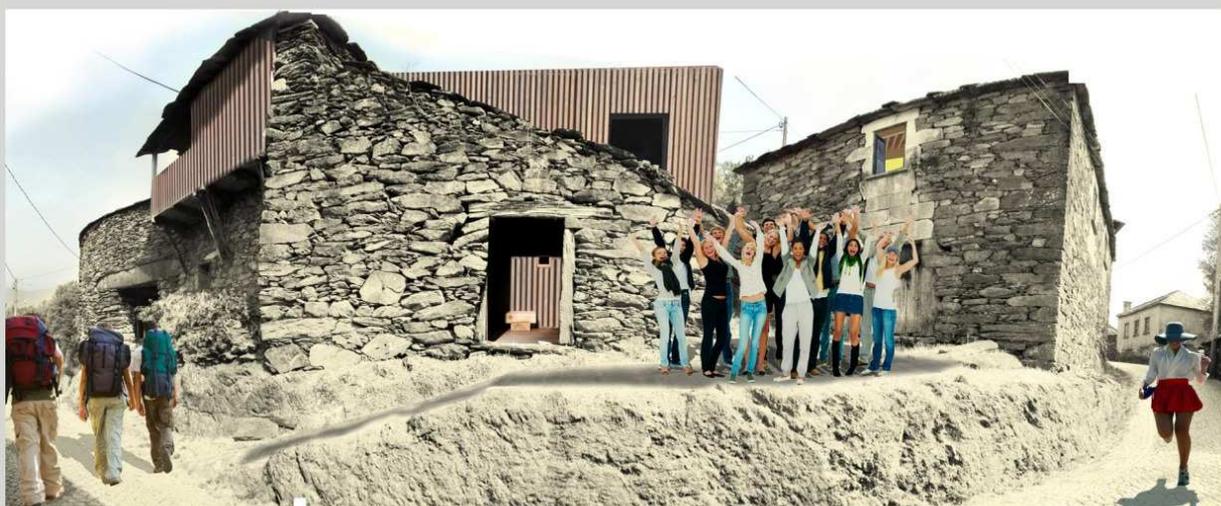


Imagem 58, 59 e 60 – Fotomontagens com possíveis serviços e alojamentos



Imagem 61, 62 e 63 – Campos agrícolas em desuso



Imagem 64, 65 e 66 – Fotomontagens com a proposta de campismo rural e revitalização da produção agrícola

| ESTACIONAMENTO |



Esta estrutura beneficia os visitantes mas também os habitantes, pois delimita um espaço para os automóveis, evitando a sua dispersão ao longo da estrada municipal (como acontece actualmente). Parte desta área foi conquistada ao terreno de cota inferior. O avanço do muro permitiu nivelar o estacionamento à mesma cota da estrada e criar um espaço de circulação de peões. Devido à exposição solar desenhou-se um sistema de sombreamento, composto por uma sucessão de vigas e pilares de espaçados igualmente entre si, de modo a criar uma sombra constante. Esta fragmentação da estrutura permitiu quebrar o impacto da sua extensão, através da marcação de um ritmo, ao mesmo tempo que possibilita uma relação visual para lá desta.

Quanto à selecção dos materiais, estes são os comuns da arquitectura tradicional local. A base em xisto, mais concretamente o muro de suporte de terras e o pavimento de circulação de peões, o primeiro em alvenaria de junta seca e o segundo aplicado a cutelo. A cobertura é em madeira executada segundo um método construtivo mais actual.

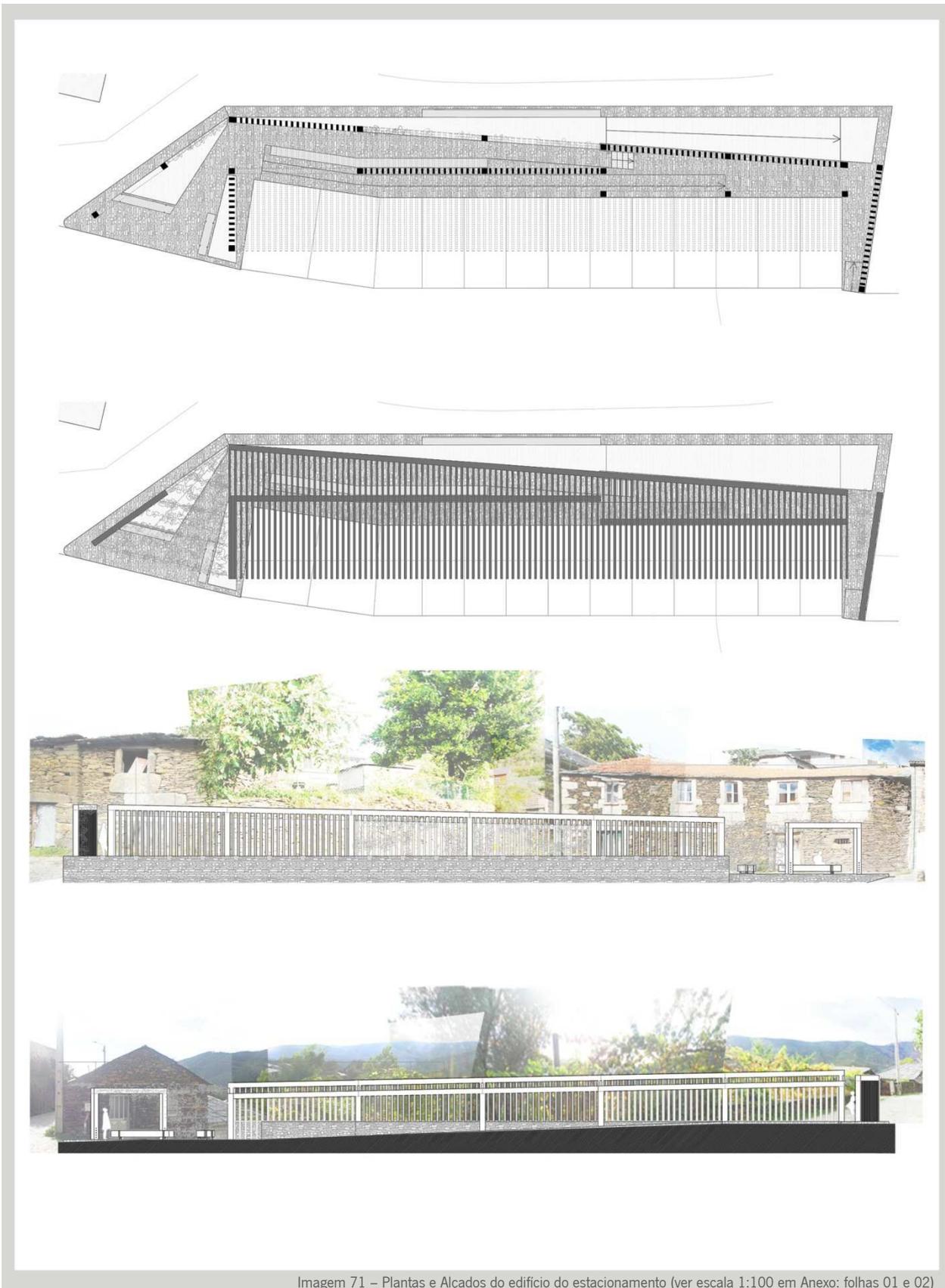


Imagem 71 – Plantas e Alçados do edifício do estacionamento (ver escala 1:100 em Anexo: folhas 01 e 02)

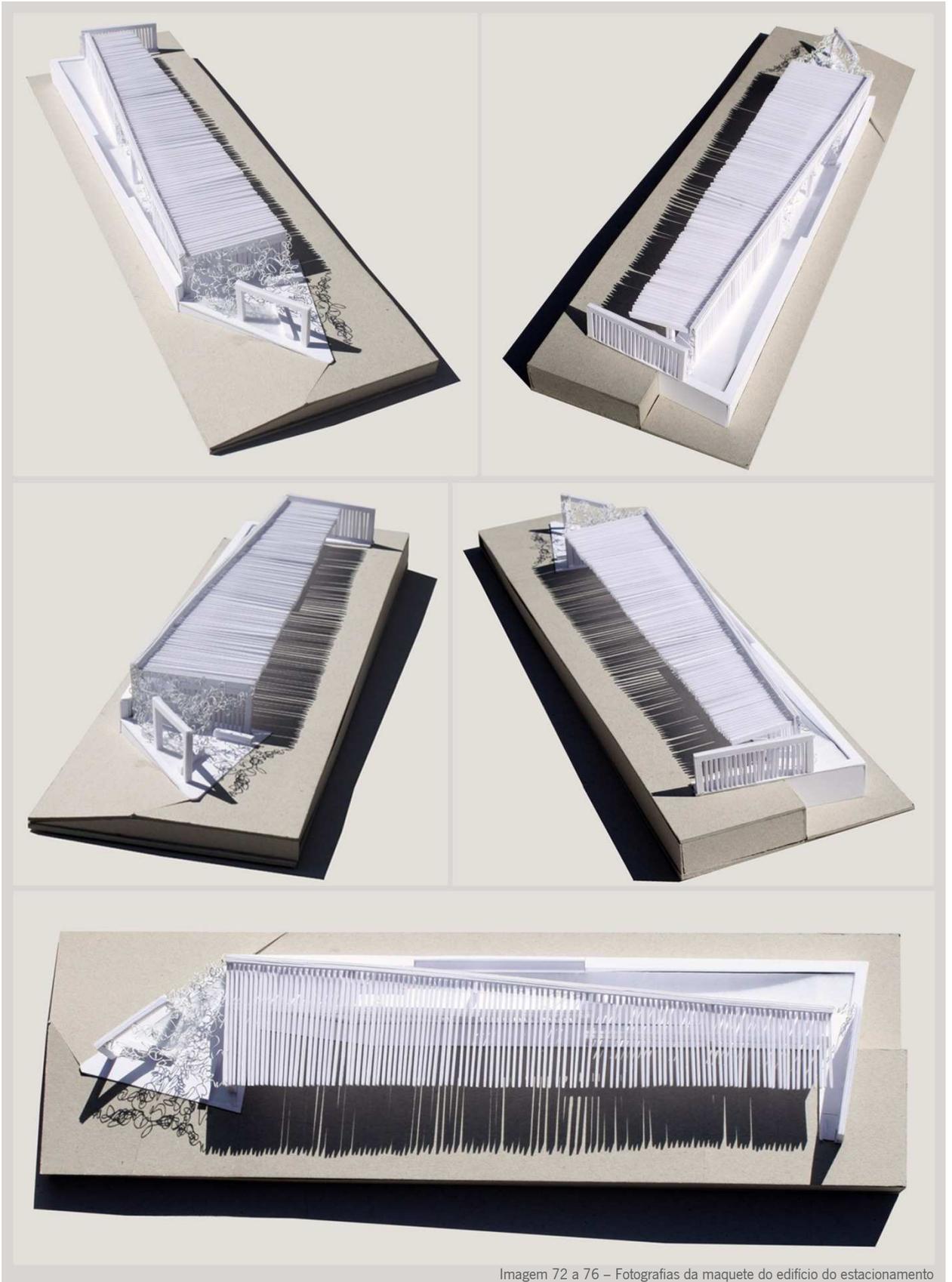


Imagem 72 a 76 – Fotografias da maquete do edifício do estacionamento

| CENTRO DE APOIO AO DESPORTO NA NATUREZA |

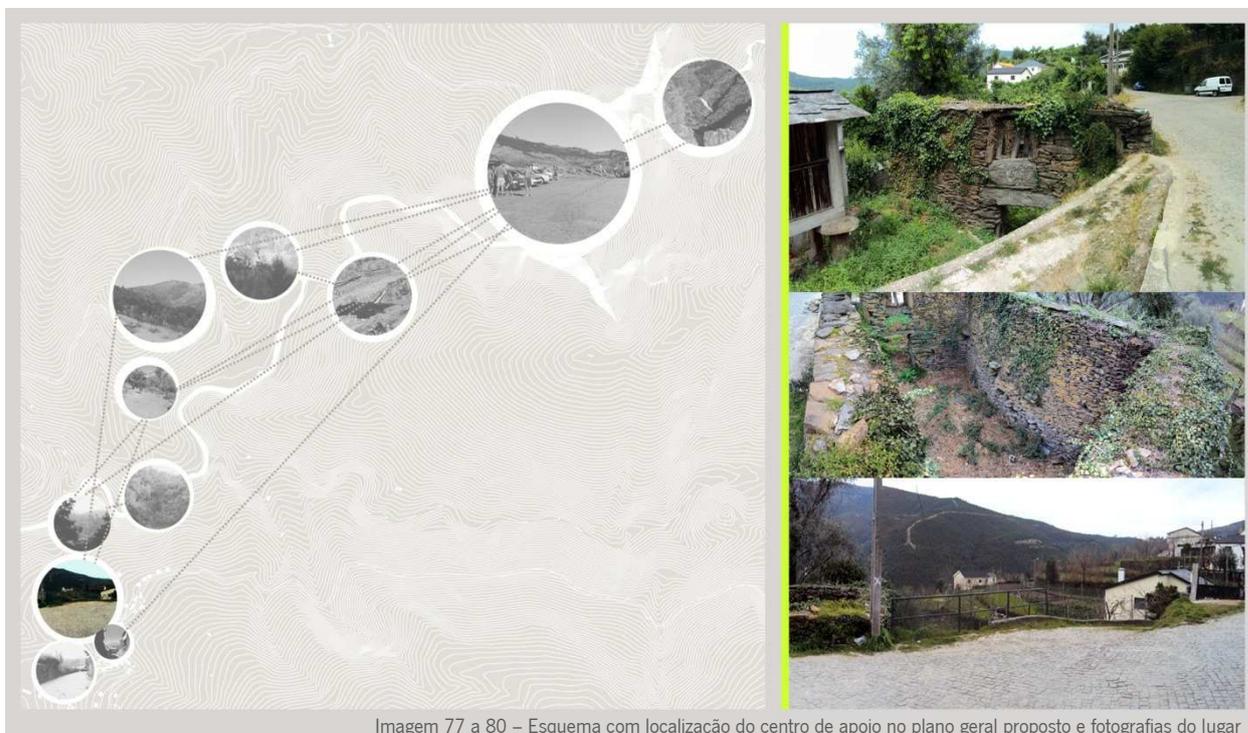


Imagem 77 a 80 – Esquema com localização do centro de apoio no plano geral proposto e fotografias do lugar

O centro de apoio ao desporto na natureza assume-se como o ponto inaugural do percurso pedonal proposto. Este destaca-se pela solução adoptada na construção. No lugar de restaurar as ruínas optou-se por uma solução evidente de total distinção entre o que seria a nova construção e a pré-existência.

O volume que acolhe o programa turístico destaca-se da construção tradicional mas mantém um constante diálogo com esta através do contacto visual para o exterior, relembrando a noção de que estamos dentro de algo recente que se deixa encerrar por algo antigo. Optou-se por uma estrutura total de madeira como forma de manter a lógica de construção fiel ao edifício precedente, o que proporciona uma certa harmonia antagónica entre os dois volumes, a ruína pesada e com história em contraste com a leveza do volume que se enclausura suavemente no seu interior.

O programa divide-se por dois pisos, no primeiro piso encontra-se o balcão de recepção. A zona de consulta, arrumos e instalações sanitárias situam-se no piso inferior.

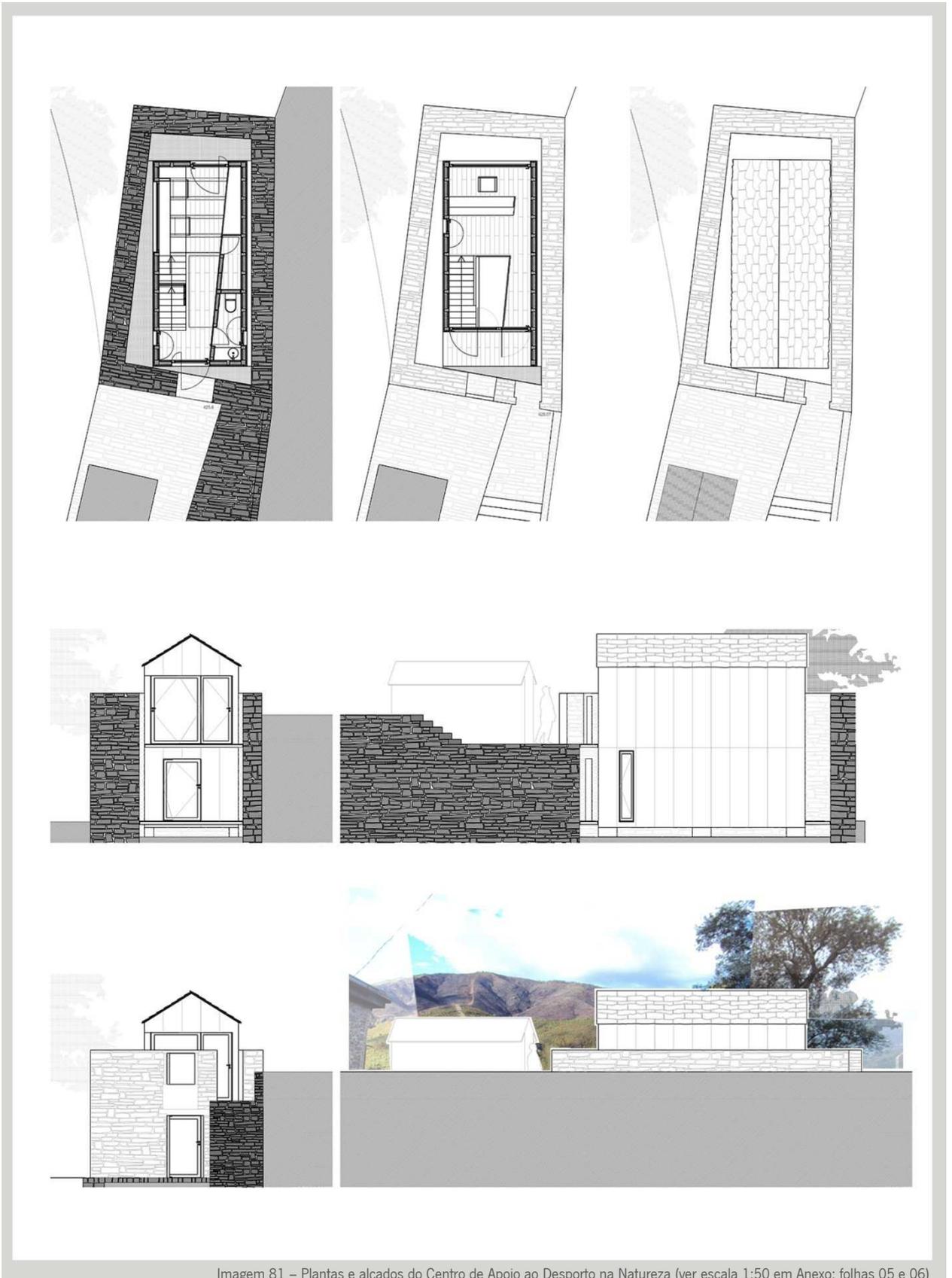


Imagem 81 – Plantas e alçados do Centro de Apoio ao Desporto na Natureza (ver escala 1:50 em Anexo: folhas 05 e 06)



Imagem 82 – Cortes e alçados do Centro de Apoio ao Desporto na Natureza (ver escala 1:50 em Anexo: folhas 07 e 08)

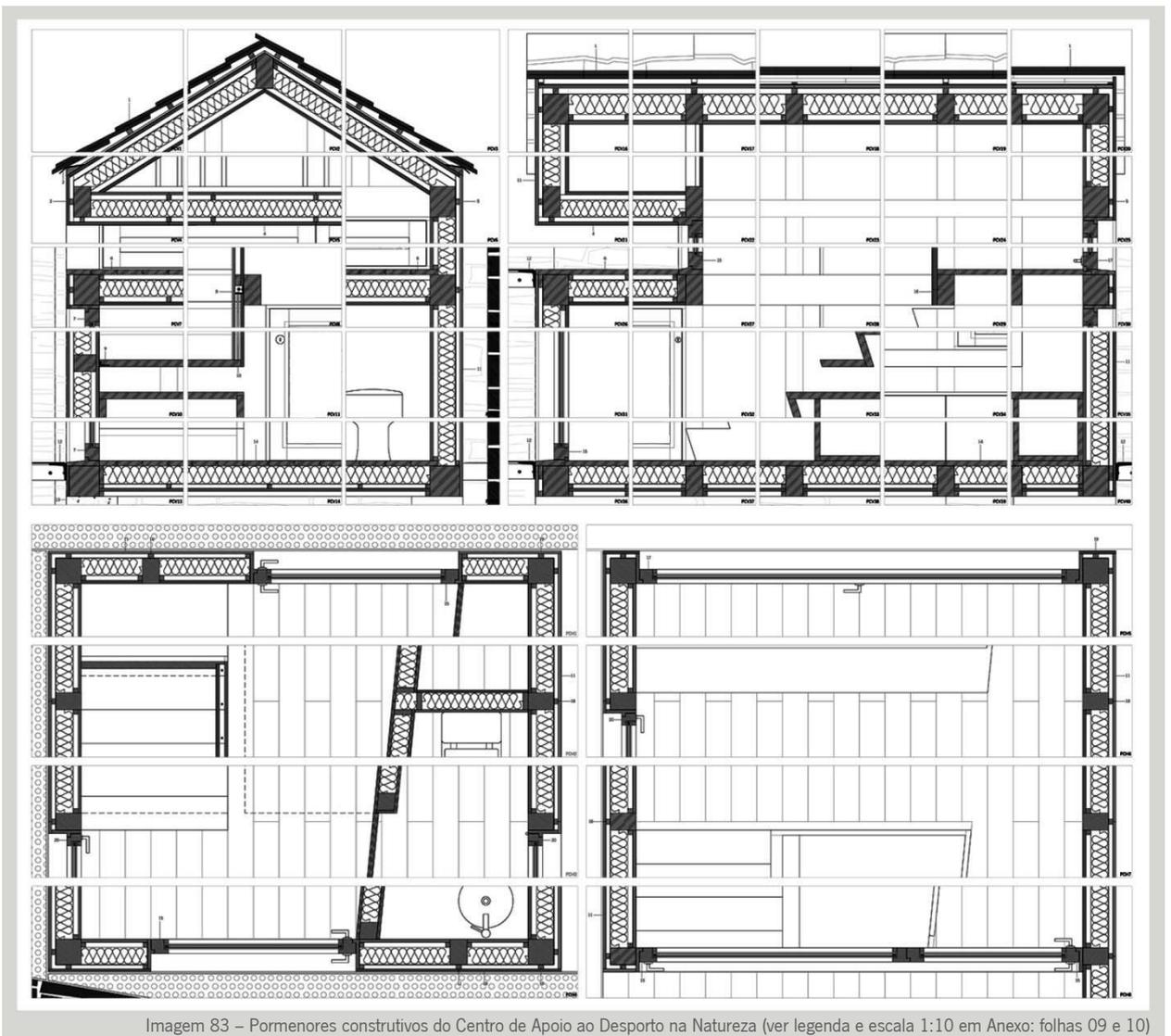


Imagem 83 – Pormenores construtivos do Centro de Apoio ao Desporto na Natureza (ver legenda e escala 1:10 em Anexo: folhas 09 e 10)

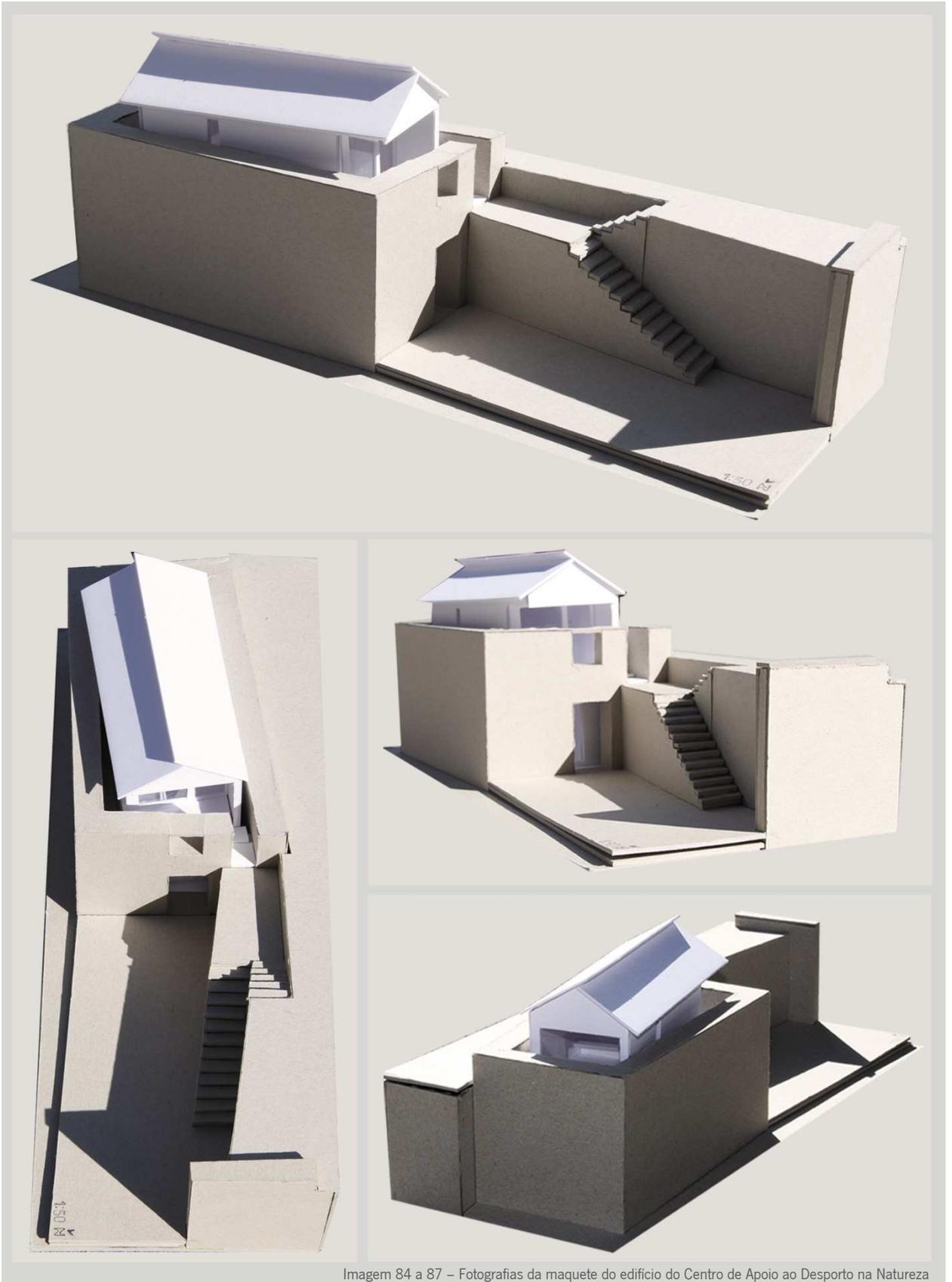


Imagem 84 a 87 – Fotografias da maquete do edifício do Centro de Apoio ao Desporto na Natureza

■ EQUIPAMENTOS DE APOIO À RECREAÇÃO ■

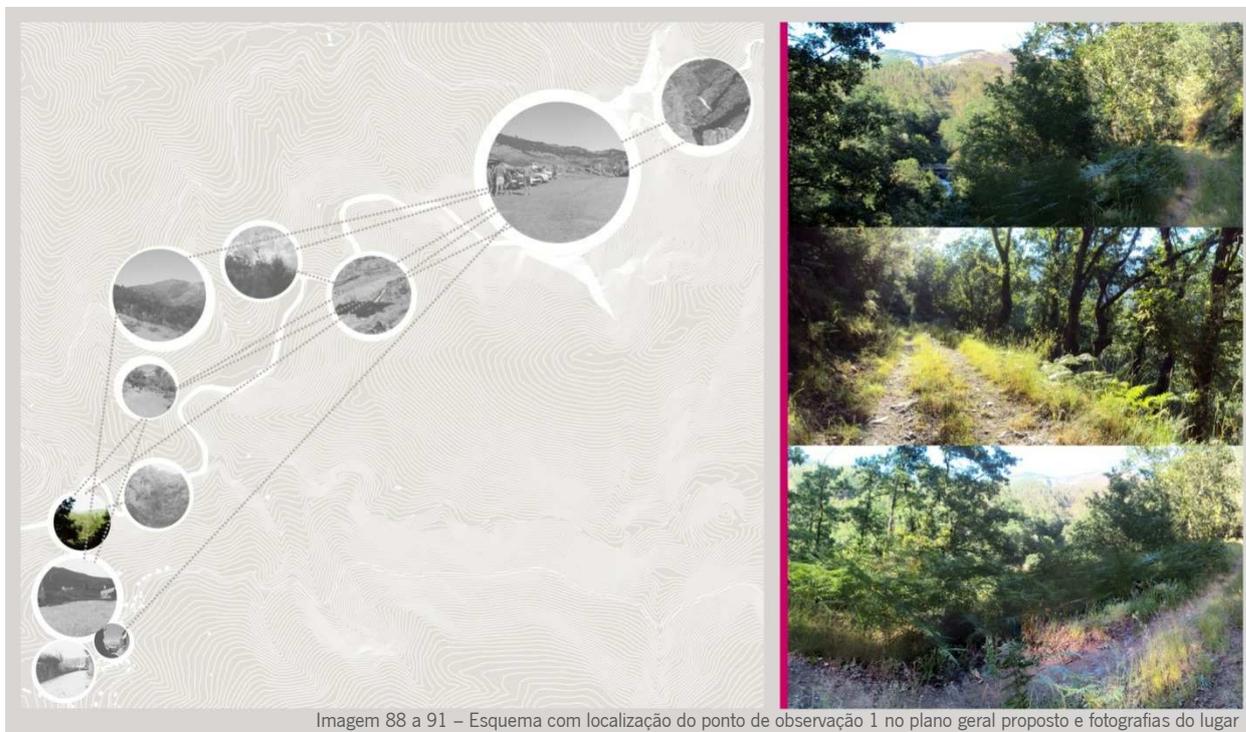
É possível atenuar as consequências prejudiciais que podem advir da procura desregrada de determinada área protegida ao criar pontos específicos destinados a práticas de lazer e recreação. A probabilidade de dispersão e deambulação por locais de maior fragilidade torna-se mais reduzida. O factor negativo da pressão humana pode reverter-se se houver a determinação de consciencializar os visitantes dos vários factores de ameaça aos valores naturais de uma área protegida. Estes, quando elucidados sobre as consequências devastadoras de certas práticas ilícitas, podem passar a proteger de uma forma directa o património natural, quer seja ao tentar minorar os efeitos da sua visita, da sua incursão no habitat natural passando a cingir-se aos locais destinados à visita e práticas de lazer, quer ao denunciar, caso presenciem, possíveis casos de desrespeito pela natureza.

Perante estas circunstâncias, os equipamentos escolhidos para desenvolver em projecto como exemplos da intervenção na aldeia resumem-se a uma área de estacionamento automóvel, para que este não aconteça desregradamente e seja circunscrito unicamente ao lugar destinado para tal e a um centro de apoio ao desporto na natureza, ao qual os visitantes podem recorrer para se informar sobre as possíveis práticas desportivas locais.

Estes são pontos relevantes, uma vez que o primeiro assinala o momento de chegada a Ermelo e o segundo marca o início do percurso pedonal proposto. O visitante chega à aldeia, estaciona o seu veículo e dirige-se ao centro de apoio, partindo daí em direcção às piscinas naturais do Rio Ôlo. Nesta viagem, a conexão entre o sujeito transeunte e o referido caminho é intensificada por um conjunto de “pequenas intromissões” estrategicamente estabelecidas, que criam a possibilidade de contemplar a paisagem (próxima e longínqua) de um modo mais evidente e enquadrado, incitam a uma leitura mais sensorial e experimental da imagem que se expõe perante este. Cada observatório, se assim podemos designar, para além de determinar um momento de pausa, origina a “fragmentação visual” do lugar em três instantes: a correspondência do próprio objecto ao lugar, assinalando um momento de pausa no trajecto com uma localização específica; a circunscrição da vista a partir do lugar, distinguindo pontos assinaláveis na paisagem; e a interferência na interpretação do espaço onde se insere. No total foram definidos cinco pontos de observação que contribuem para uma maior compreensão territorial da área percorrida.

A proposta recreativa termina no local onde se vislumbra o principal monumento geológico do Parque Natural do Alvão, que são as Fisgas de Ermelo. Esta intervenção consolida-se ao relevar esta área de paragem automóvel através de uma plataforma de observação que concede novas condições de contemplação aliadas à comunicação do conhecimento científico da paisagem observada.

| PONTO DE OBSERVAÇÃO 1 |



Após alguns minutos do início da caminhada, o ponto de observação 1 destaca-se pela forma como se implanta. Um plano paralelo aos limites do caminho bloqueia a visão e redirecciona o visitante para o seu interior, a cota deste é prolongada através da estrutura em consola que se projecta sobre o terreno íngreme. A sua forma deriva das relações visuais que se pretendem estabelecer; a cobertura inclinada direccionada para a paisagem mais próxima enquadra a ponte sobre rio, parte do percurso que se segue e o próximo ponto de observação; a abertura feita na cobertura permite avistar no horizonte o ponto de observação 3 e o miradouro das Fisgas.

Em termos construtivos recorreu-se à utilização de duas vigas metálicas apoiadas num muro de betão como base estrutural. Esta opção representa a alternativa ao uso de pilares, uma vez que estes criariam uma certa dissonância no restante conjunto devido à altura considerável que teriam de alcançar neste local de topografia bastante acidentada. A parte superior é toda ela em madeira. As paredes são compostas por um sistema interior e exterior de ripas de secção quadrada espaçadas verticalmente entre si 25 mm. O jogo de cheio/vazio provocado pela sequência invertida das ripas do interior para o exterior cria um dinamismo visual através da marcação de ritmo, quer seja o da própria estrutura ou pelo jogo de luz por este provocado.

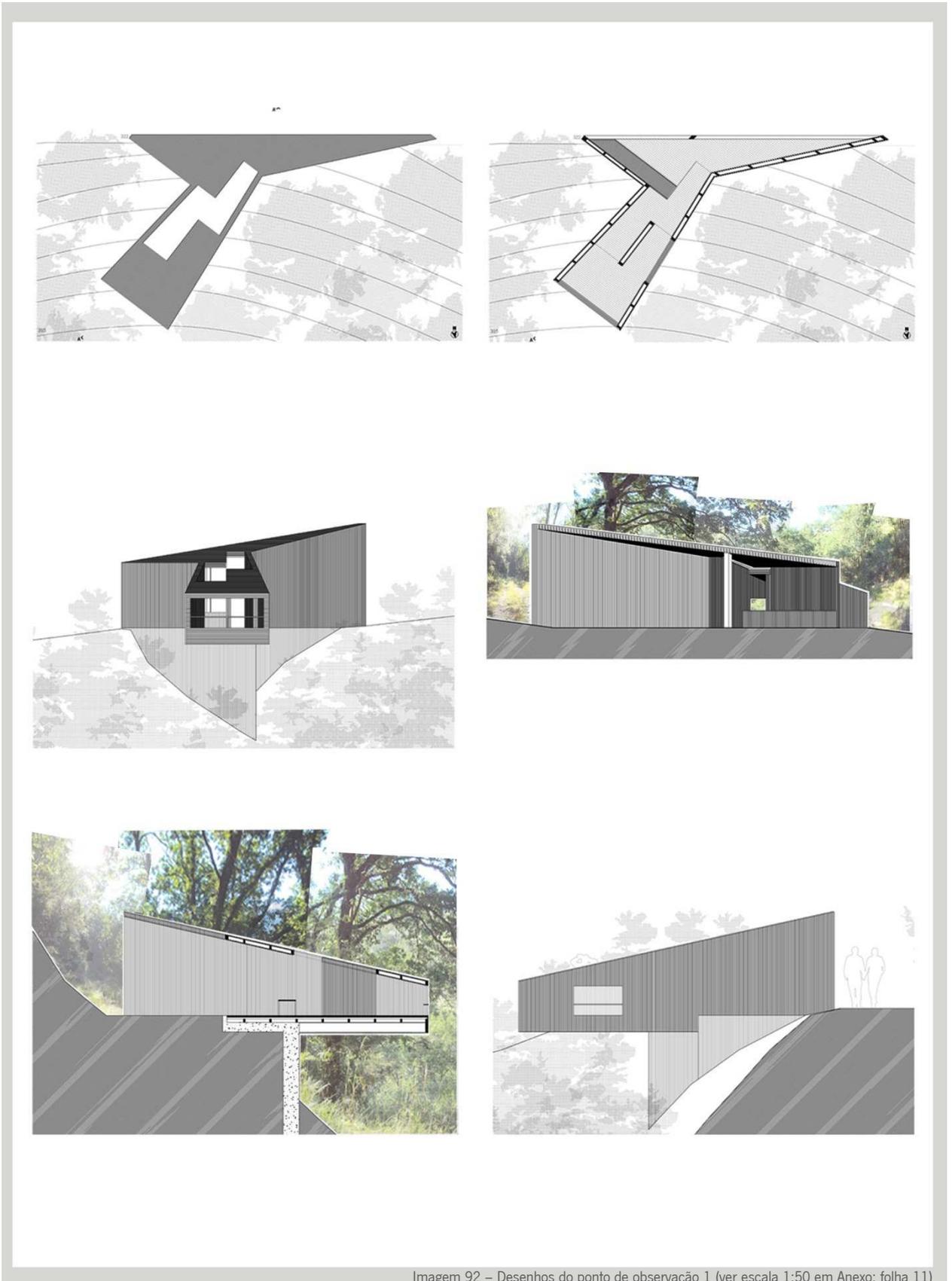


Imagem 92 – Desenhos do ponto de observação 1 (ver escala 1:50 em Anexo: folha 11)

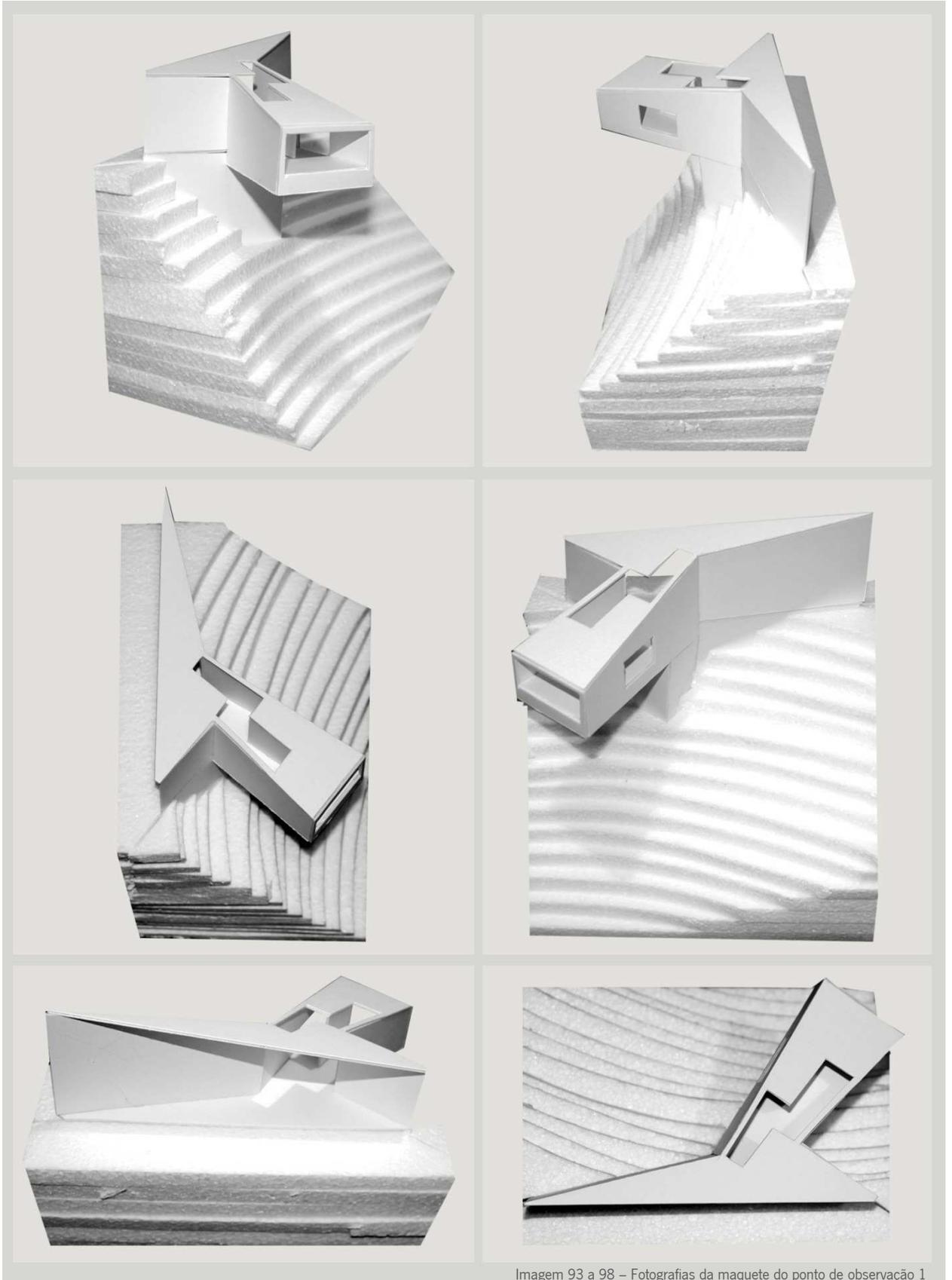
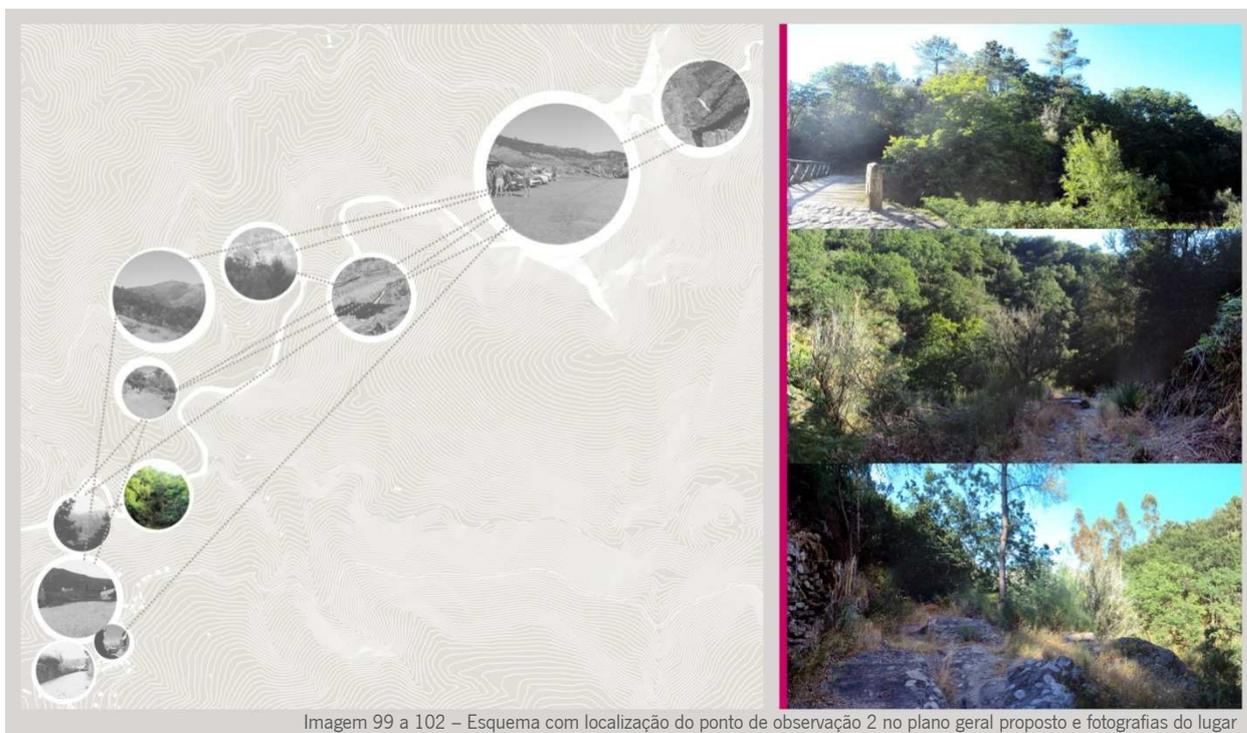


Imagem 93 a 98 – Fotografias da maquete do ponto de observação 1

| PONTO DE OBSERVAÇÃO 2 |



O ponto de observação 2 é dos que mais se destaca em relação à envolvente, precisamente por se implantar num local bastante acidentado. A sua área é bastante reduzida mas alcança aproximadamente 7,5m em altura. Divide-se em três níveis, cada um deles orientado para locais diferentes: o primeiro nível direcciona o nosso olhar sobre o caminho a percorrer; o segundo nível estabelece ligações visuais com o ponto 1 e todo o caminho que os une; quanto ao último nível, este eleva-se 6m do chão e permite uma experiência visual mais intensa, uma vez que podemos contemplar toda a paisagem circundante de uma perspectiva pouco habitual.

A sua estrutura é bastante simples, quatro pilares em aço encastram-se numa base de betão. O revestimento eleito é uma vez mais a madeira.



Imagem 103 – Desenhos do ponto de observação 2 (ver escala 1:50 em Anexo: folha 12)

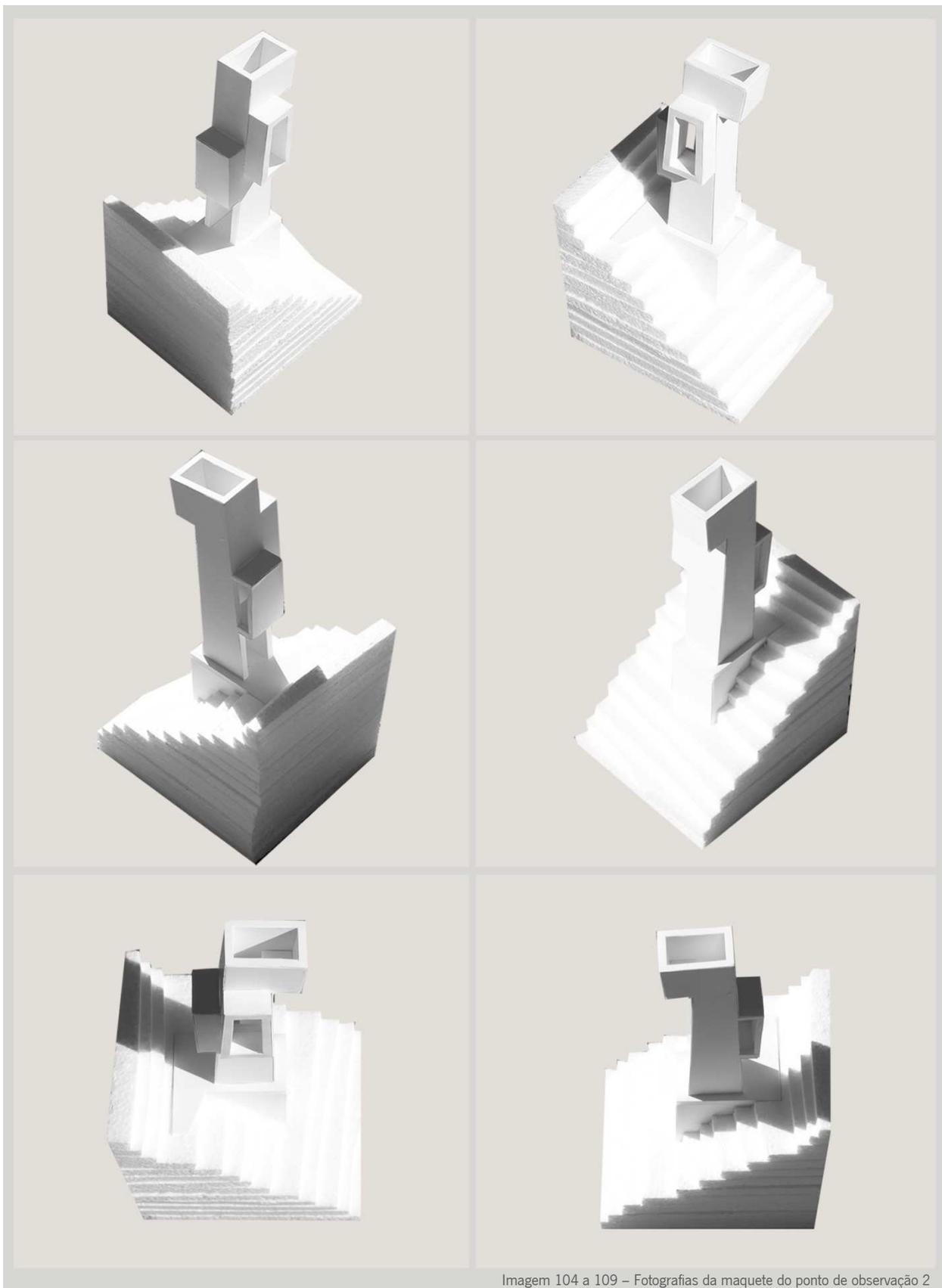


Imagem 104 a 109 – Fotografias da maquete do ponto de observação 2

| PONTO DE OBSERVAÇÃO 3 |



Imagem 110 a 113 – Esquema com localização do ponto de observação 3 no plano geral proposto e fotografias do lugar

Embora os pressupostos sejam os mesmos dos pontos de observação anteriores o ponto de observação 3 desprende-se um pouco, em termos formais, dos anteriores. Aqui a intervenção foi mais contida, apenas se destacando pela sua escala. Trata-se da manipulação e transformação das dimensões de um muro de modo a seja possível andar sobre este. A sua forma resultou das relações visuais estabelecidas com a aldeia, com o ponto de observação 1, com o miradouro e a queda de água das Fisgas. Em termos construtivos não existe muito a pormenorizar, uma vez que se trata de um muro tradicional em alvenaria de xisto.

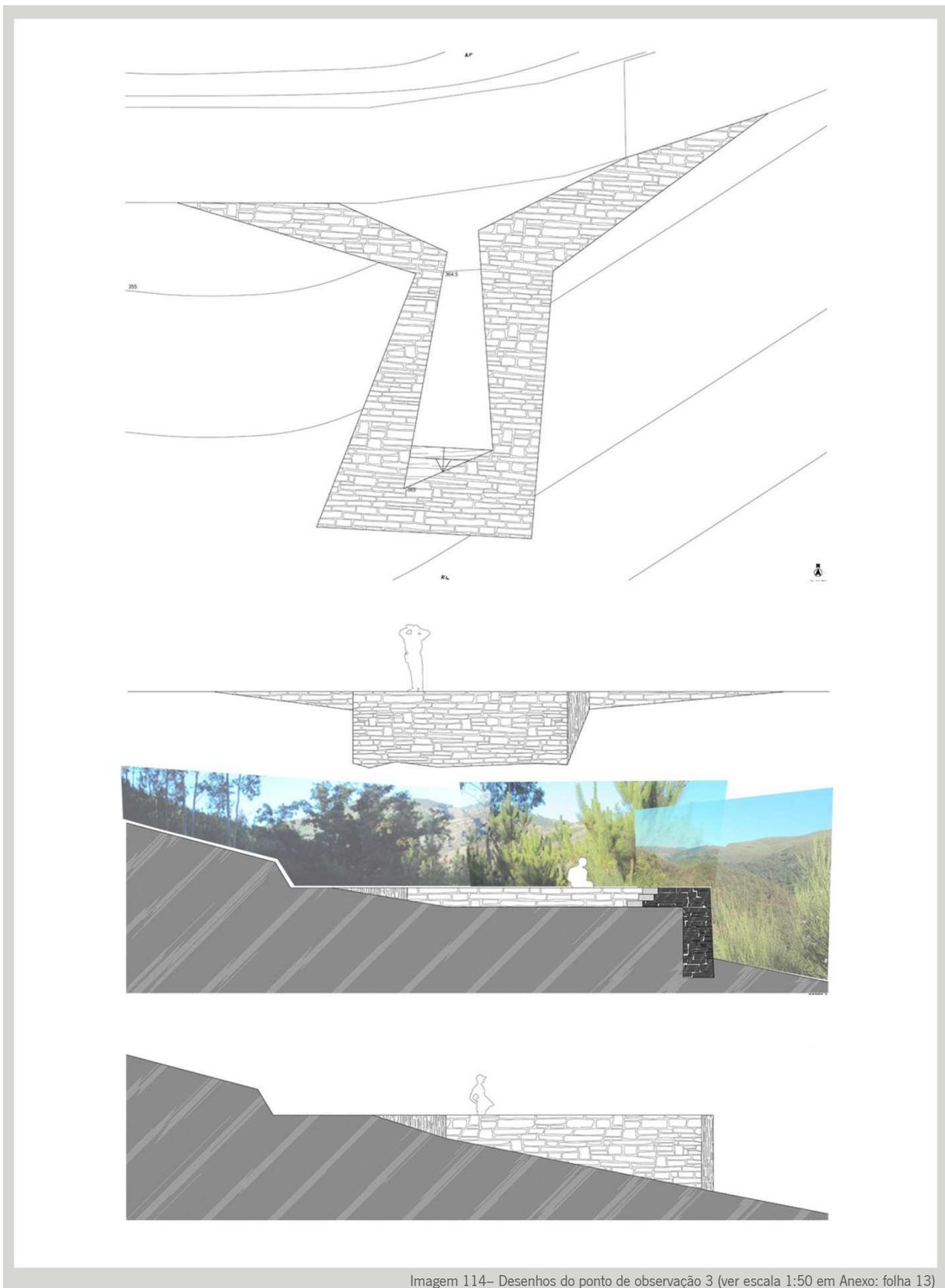


Imagem 114- Desenhos do ponto de observação 3 (ver escala 1:50 em Anexo: folha 13)

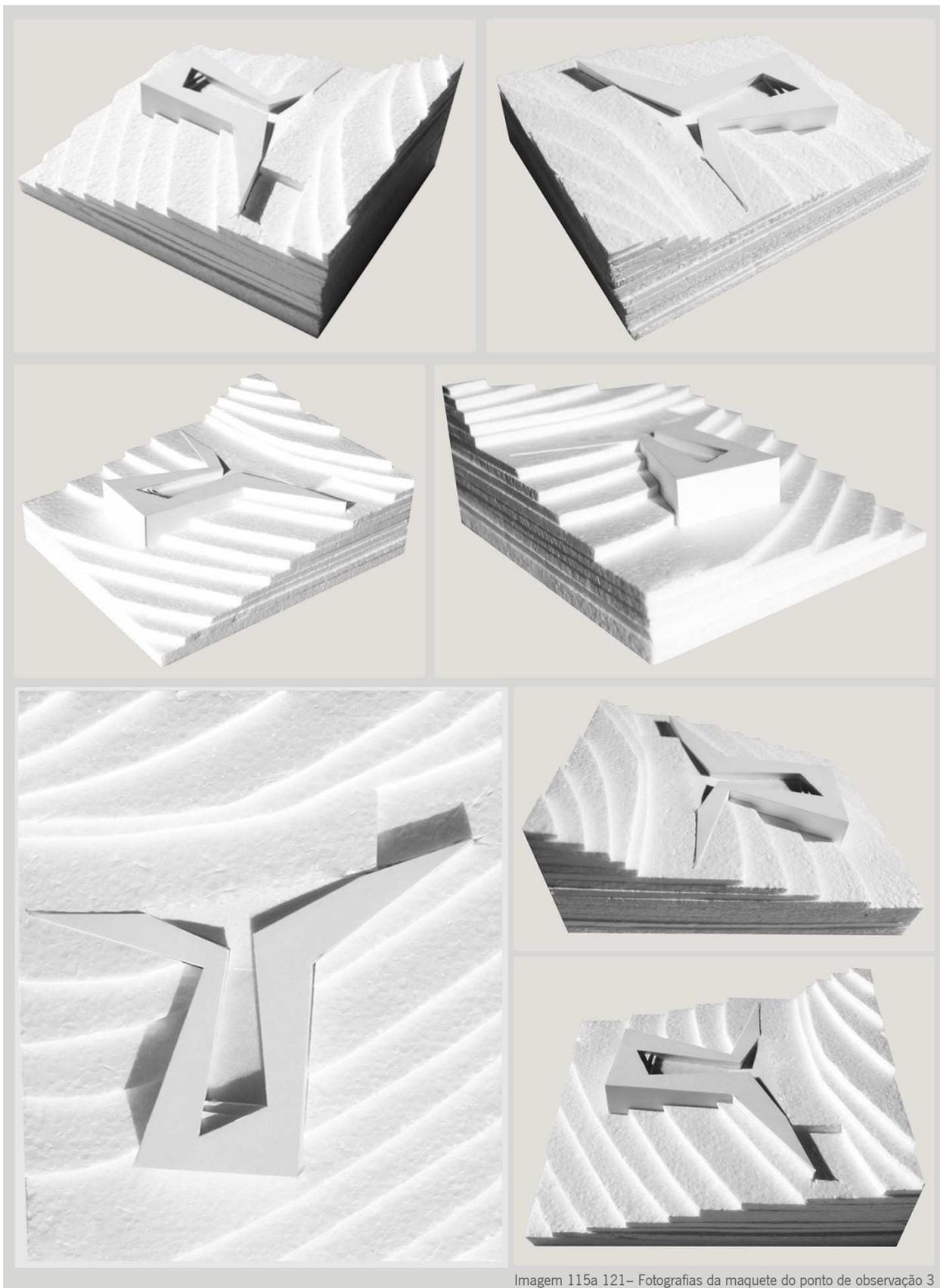
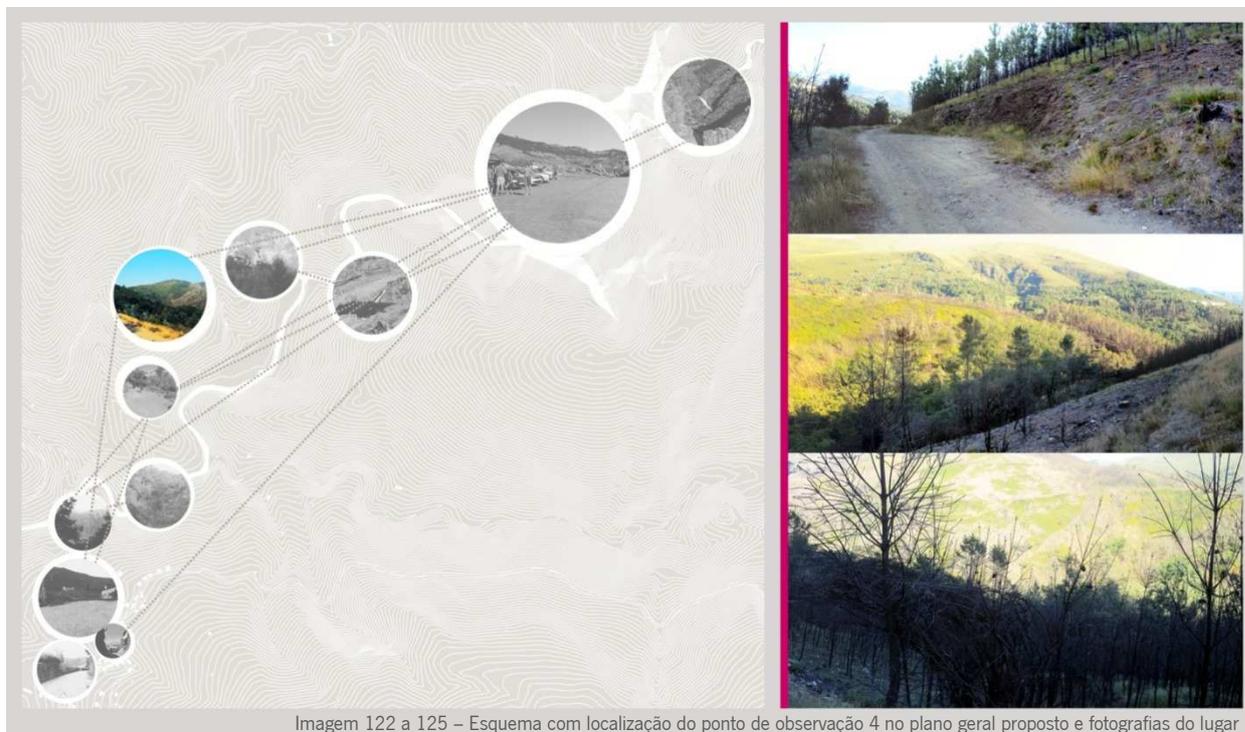


Imagem 115a 121- Fotografias da maquete do ponto de observação 3

| PONTO DE OBSERVAÇÃO 4 |



O ponto de observação 4 assume-se como um eixo central na paisagem, não só física mas também conceptualmente, pois estabelece-se entre dois conceitos completamente opostos, a aldeia que representa a paisagem construída e o miradouro que representa a paisagem natural: o objecto para este lugar permite assim duas “visões”, uma à cota do caminho, onde podemos calmamente repousar à sombra, e outra ao nível da cobertura onde temos uma perspectiva aérea do anteriormente contemplado, permitindo melhor compreender a própria geografia do lugar. Em termos construtivos é semelhante ao ponto de observação anterior, realizado em alvenaria de xisto com junta seca, com a particularidade de parte da cobertura ser erguida em betão armado.

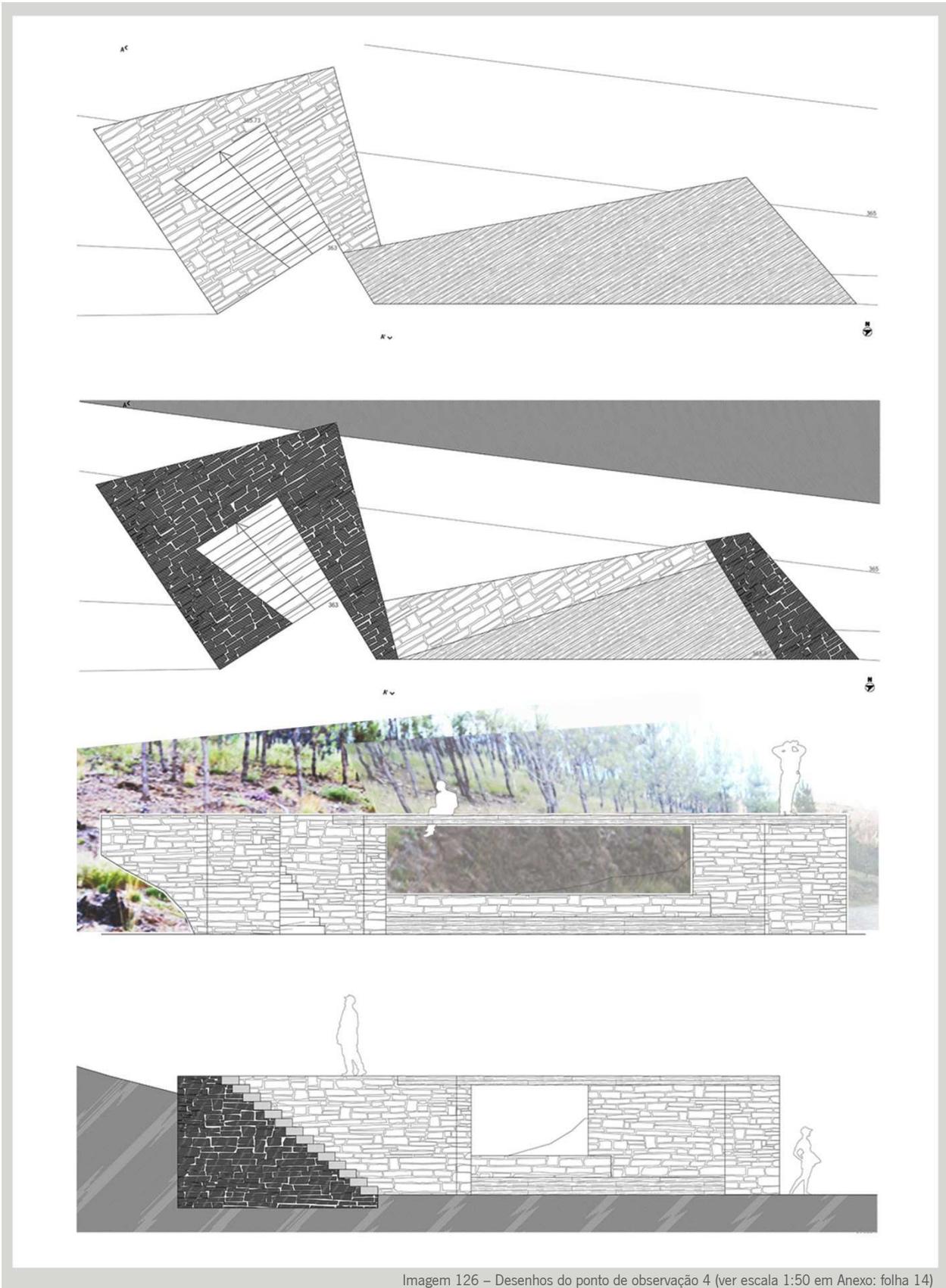


Imagem 126 – Desenhos do ponto de observação 4 (ver escala 1:50 em Anexo: folha 14)

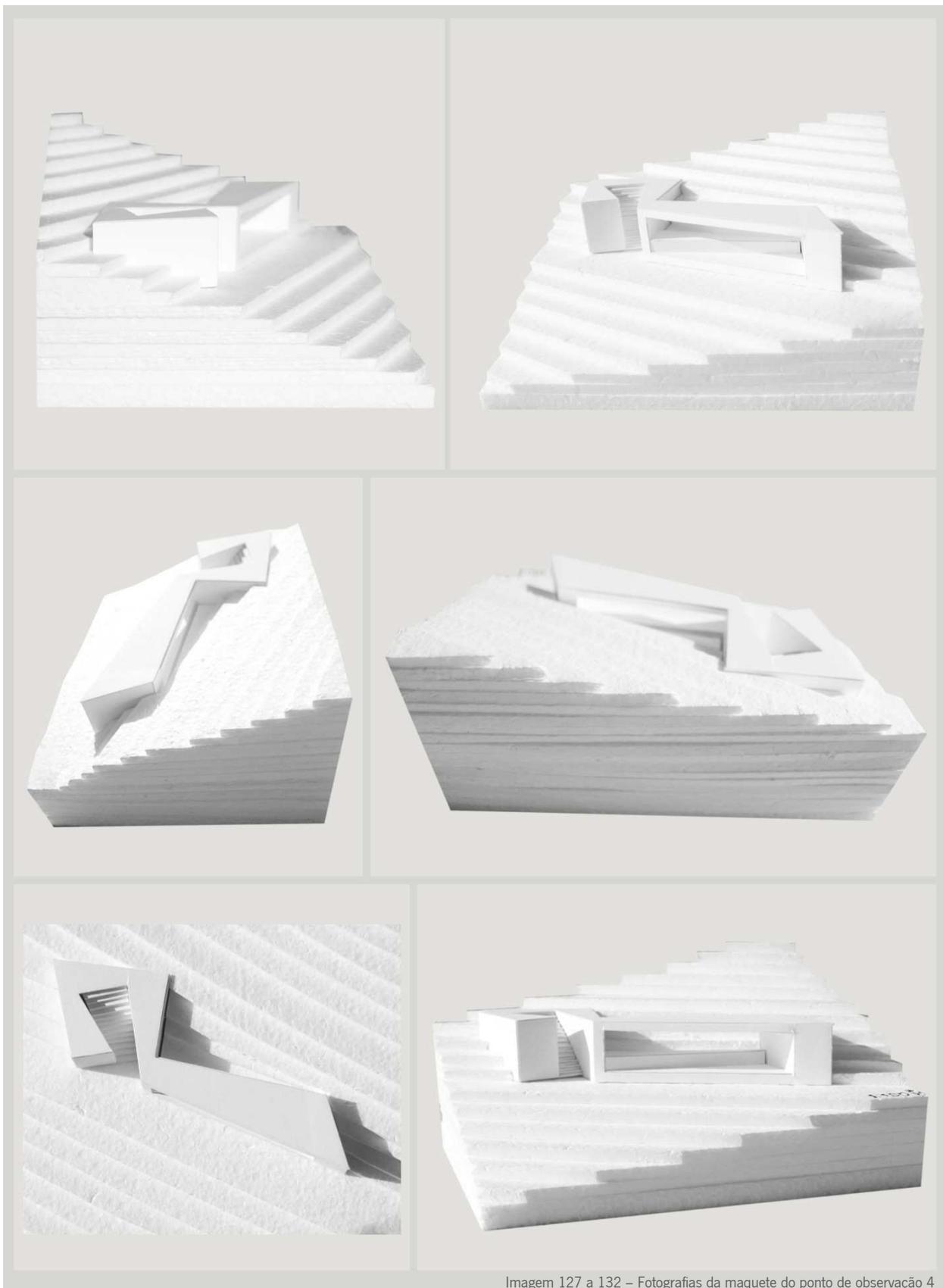


Imagem 127 a 132 – Fotografias da maquete do ponto de observação 4

| PONTO DE OBSERVAÇÃO 5 |



Imagem 133a 136– Esquema com localização do ponto de observação 5 no plano geral proposto e fotografias do lugar

No ponto de observação 5 as tão faladas piscinas naturais de Ermelo são finalmente contempladas a alguns metros de distância. Este ponto define-se apenas como um “balcão” que anuncia esse momento precedente ao destino tão desejado, ao mesmo tempo que “entre olha” o miradouro das Fiskas.

À semelhança de pontos anteriores, este ponto de observação está assinalado no território com um simples muro de alvenaria tradicional, reinterpretado segundo um novo programa, o recreativo.

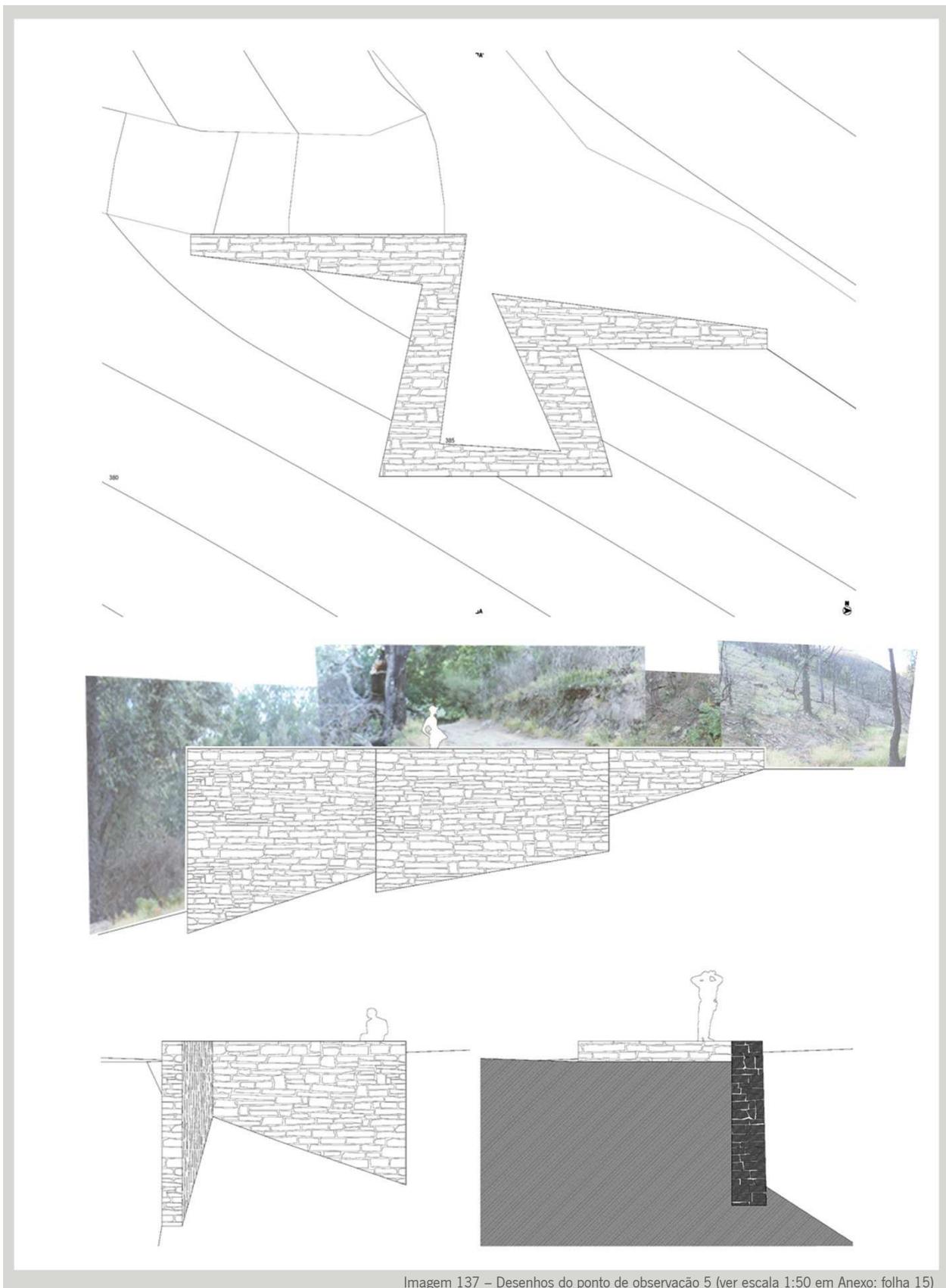


Imagem 137 – Desenhos do ponto de observação 5 (ver escala 1:50 em Anexo: folha 15)

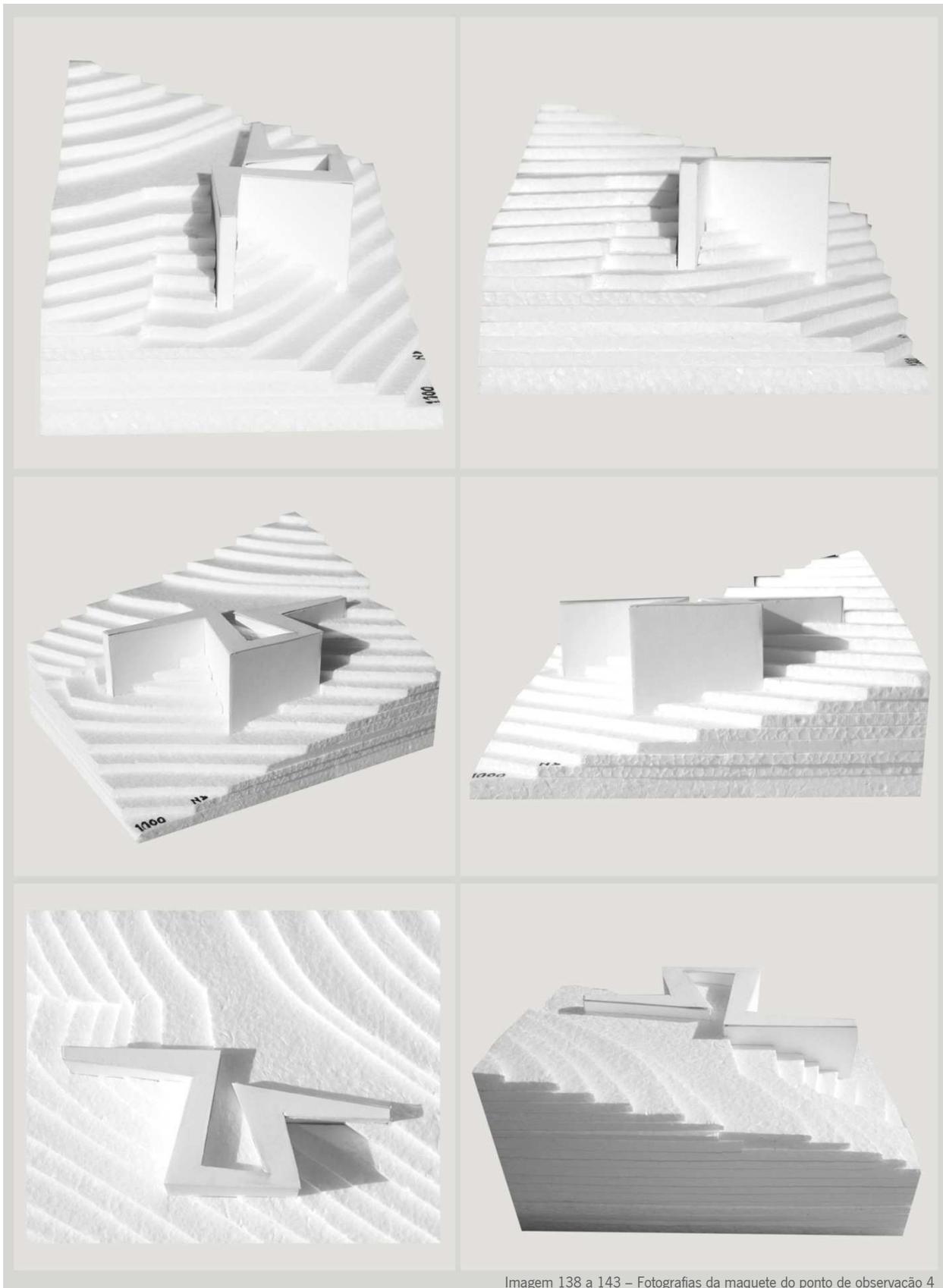


Imagem 138 a 143 – Fotografias da maquete do ponto de observação 4

| MIRADOURO DAS FIGAS |



Imagem 144 a 147- Esquema com localização do miradouro das Figas no plano geral proposto e fotografias do lugar

Terminamos este capítulo com a proposta recreativa do miradouro das Figas de Ermelo. Sem necessidade de grandes apresentações e descrições claramente nos apercebemos (durante o desenvolvimento deste trabalho) do marco referencial que este ponto assume neste território. Talvez por este motivo o resultado encontrado para este local seja uma “mega escultura” sem grande conteúdo programático. Funciona apenas como grande plataforma de contemplação com uma área de estacionamento. Toda a sua superfície é acessível, cria-se uma continuidade de percurso por toda a estrutura. Após subir as escadas (que encontramos à chegada) para acedermos à cobertura (que demarca a zona de estacionamento automóvel) podemos continuar o nosso trajecto e descer por uma escadas verticais até ao nível da plataforma que se projecta sobre o precipício de modo a contemplarmos o deslumbrante panorama rochoso ou então podermos desfrutar calmante da vista da tão famosa queda de água das Figas.

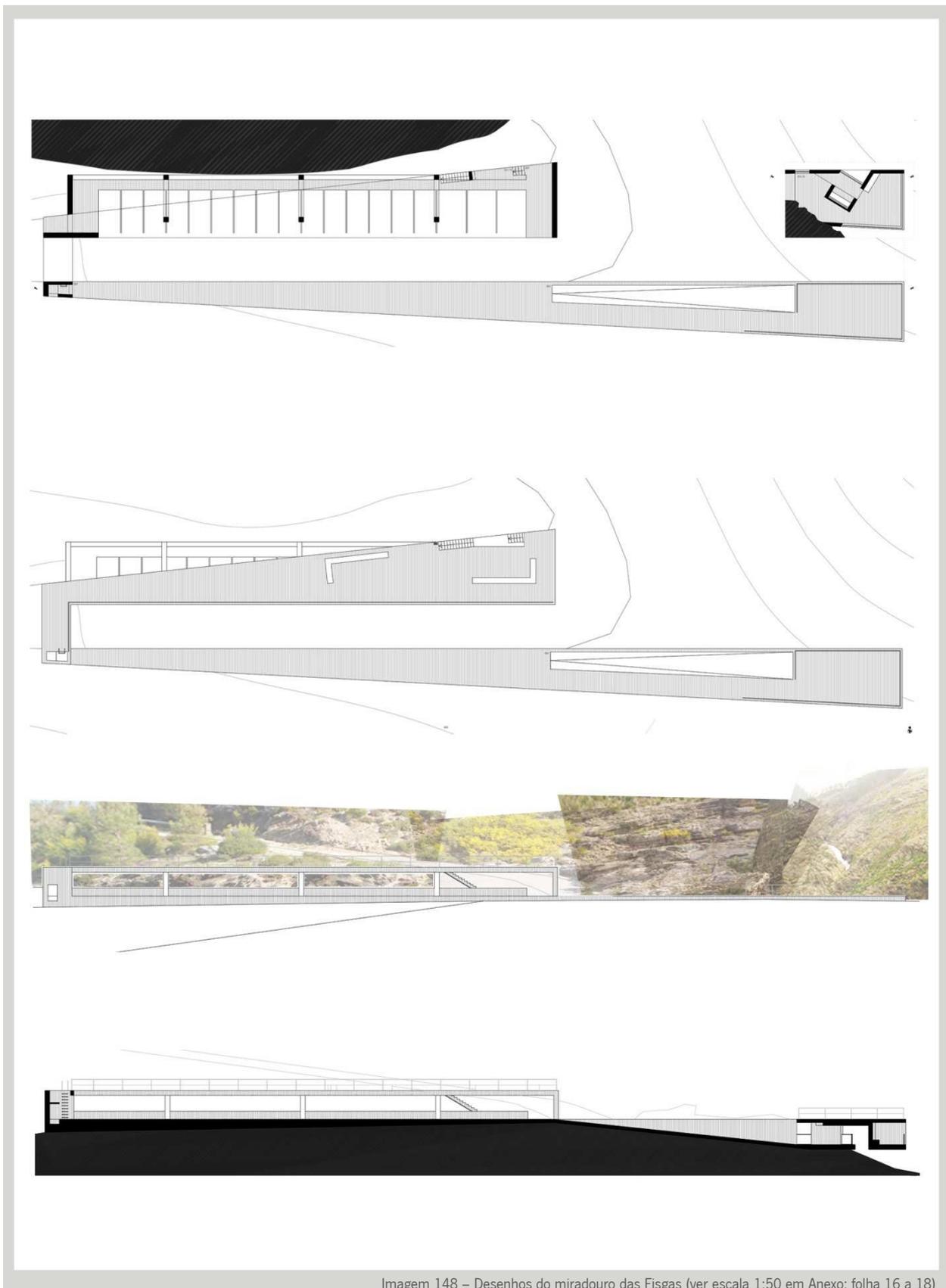


Imagem 148 – Desenhos do miradouro das Fugas (ver escala 1:50 em Anexo: folha 16 a 18)

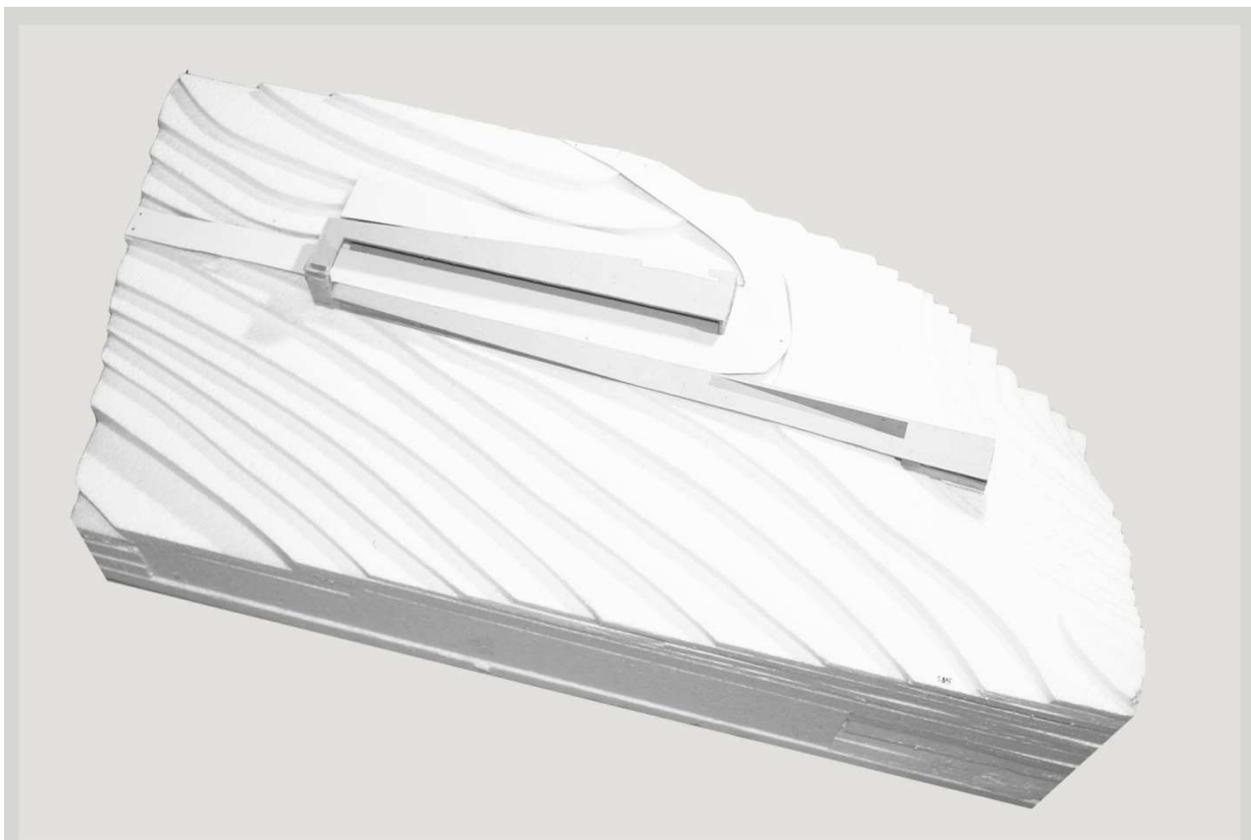


Imagem 149 e 150 – Fotografias da maquete do miradouro das Figsas

CONCLUSÃO

O espaço rural tem vindo a mudar de função ao longo dos tempos. Os dias em que este era um espaço destinado apenas para a produção de bens essenciais estão bem distantes. Com o decair da actividade agrícola e com a crescente procura de paisagens naturais e rurais por parte da população urbana, este espaço passou a ser um lugar idílico que possibilita um encontro mais próximo com a Natureza, bastante apreciado pela sua quietude. A introdução de novas funcionalidades turísticas, no espaço rural de Ermelo não quer dizer que este tenha de se submeter totalmente a estas, deixando de se caracterizar como tal. Muito pelo contrário, as novas solicitações procuram a autenticidade própria de um local rural e do seu povo, o que favorece e incentiva a continuidade e produtividade de certas actividades anteriormente decadentes.

Desta forma, o plano de intervenção proposto, ao dar a conhecer a singularidade do património natural e arquitectónico, ambiciona travar o processo de degradação em que se encontra Ermelo ao transmitir valores de respeito e preservação pelo que se contempla e usufrui como forma de garantir a sua longevidade. Mais concretamente, a intervenção turística ambiciona transformar o pensamento dos habitantes locais em relação à sua arquitectura tradicional para que a deixem de ver como uma arquitectura pobre e a passem a considerar como uma arquitectura precedente capaz de transmitir valores relevantes que geram novas potencialidades arquitectónicas, como demonstram os exemplos do estacionamento e o Centro de Apoio ao Desporto na Natureza ao preservarem a naturalidade da imagem rural através do uso dos materiais tradicionais mas com uma abordagem contemporânea e actualizada.

Quanto à intervenção recreativa, esta pretende elevar a “visão” que o observador possui do território ao assinalar diferentes momentos de contemplação da paisagem atribuídos aos diferentes pontos de observação. Cada um destes pontos foi definido pelas relações visuais que estabelecem com outros pontos específicos na paisagem (a aldeia e o Miradouro das Fisgas) com o objectivo de incitar no visitante a necessidade de sequestionar sobre a sua posição ao longo do percurso. As estruturas redireccionam o olhar do observador de modo a que este perceba de onde veio, onde está e para onde vai. Cada um destes objectos foi formalmente definido pelo seu local de implantação, pela especificidade do seu lugar, e como tal diferentes objectos surgiram. Pretende-se que esta interacção transponha o seu carácter lúdico e de reconhecimento territorial ao integrar o propósito subjacente de instruir e consciencializar os visitantes e a delimitar/delinear a sua passagem aos locais específicos de recreação.

Enquanto reflexão convencional de um plano de intervenção, este trabalho representa assim a tentativa de alterar as formas actuais de ver e usufruir o património natural e arquitectónico de Ermelo através do exercício da arquitectura. Acrescentando ainda, que esta lógica de renovação do património arquitectónico a preservação do património natural, tem potencial e capacidade para se estender à restante área do Parque Natural do Alvão, uma vez que nesta área protegida existem muitas “outras paisagens” e arquitecturas merecedoras de contemplação e interesse como o exemplo que aqui foi apresentado.

No que respeita a considerações individuais e a objectivos particulares, com este projecto foi possível explorar diversas formas de pensar e produzir arquitectura. De como se podem manter as lições de coerência e reflexão dadas pela arquitectura vernacular, quer no uso dos materiais tradicionais adequados às exigências de construção actuais, quer no respeito pelo local de implantação e conformidade de escala.

Quer se estivesse a propor algo dentro do tecido habitacional ou fora deste, foram várias as escalas utilizadas que permitiram pensar e desenhar pequenas estruturas tendo em conta a relação com a envolvente mais próxima e ao mesmo tempo ponderar qual seria a sua interferência a nível territorial, apreendendo que ao criar estas “pequenas interferências” a nossa percepção sobre uma paisagem, que já conhecíamos mas que na realidade não era reflectida, se transformou. Mais propriamente que a arquitectura pode desempenhar um grande papel como mediador entre o observador e a paisagem, na medida em que pode influenciar no modo como esta é percebida, fazendo com que se apreenda algo que de outra forma passaria despercebido.

Deste modo, como exercício académico, este trabalho representa uma visão e interpretação pessoal do território de Ermelo feita e transmitida através da arquitectura.

LISTA DE IMAGENS |

	pág.
<p>IMAGEM 1 - LIMITES DO PNAL: distrito e concelhos</p> <p>Plano de Ordenamento do Parque Natural do Alvão: Estudos de Caracterização (1ªFase) – Sócio-Economia e Desenvolvimento Rural Volume V, (Celeste Coelho e Fátima Alves, coordenação Geral). ICNB (Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade) e Universidade de Aveiro, pg.11. Cedido pelo ICNB</p>	27
<p>IMAGEM 2- LIMITES DO PNAL: freguesias</p> <p>POPNAL: Estudos de Caracterização (1ªFase) – Sócio-Economia e Desenvolvimento Rural Volume V, (Celeste Coelho e Fátima Alves, coordenação Geral). ICNB e Universidade de Aveiro, pg.12. Cedido pelo ICNB</p>	27
<p>IMAGEM 3- LIMITES DO PNAL: toponímia dos aglomerados populacionais</p> <p>POPNAL: Estudos de Caracterização (1ªFase) – Sócio-Economia e Desenvolvimento Rural Volume V, (Celeste Coelho e Fátima Alves, coordenação Geral). ICNB e Universidade de Aveiro, pg.13. Cedido pelo ICNB</p>	27
<p>IMAGENS 4 e 5 – Fotografias panorâmicas de Ermelo</p> <p>Fotos por Camila Saavedra Gonçalves</p>	29
<p>IMAGENS 6 – Morfologia inicial de Ermelo</p> <p>JORGE, Luisa – <i>Retratos: Ermelo 1196 – 1996</i>. S.l.: Instituto da Conservação da Natureza e Parque Natural do Alvão, Julho de 1996, pg.19</p>	31
<p>IMAGENS 7 e 8 – Planta e ortofotomapa actual de Ermelo</p> <p>Imagens cedidas pela Câmara Municipal de Mondim de Basto</p>	31
<p>IMAGENS 9 a 14 – Construções tradicionais</p> <p>Fotos por Camila Saavedra Gonçalves</p>	35

	pág.
IMAGENS 15 a 18 – Construções recentes	37
Fotos por Camila Saavedra Gonçalves	
IMAGENS 19 a 23 – Construções tradicionais desvirtuadas	37
Fotos por Camila Saavedra Gonçalves	
IMAGENS 24, 25 e 26 – Construções tradicionais abandonadas	37
Fotos por Camila Saavedra Gonçalves	
IMAGENS 27, 28 e 29 – Fotografias panorâmicas dos campos de cultivo	39
Fotos por Camila Saavedra Gonçalves	
IMAGENS 30 e 31 – Fotografias panorâmicas das Fisgas de Ermelo	41
Fotos por Camila Saavedra Gonçalves	
IMAGENS 32 e 33 – Fotografias panorâmicas das piscinas naturais	43
Fotos por Camila Saavedra Gonçalves	
IMAGEM 34 – Planta geral do plano de intervenção (Esc. 1/20 000)	55
Desenho por Camila Saavedra Gonçalves	
IMAGEM 35 e 40 – Maquete da proposta geral: relações visuais entre os vários pontos de intervenção	57
Fotos por Camila Saavedra Gonçalves	
IMAGEM 41 – Relações visuais entre os vários pontos de intervenção.	59
Imagem por Camila Saavedra Gonçalves	
IMAGENS 42 e 43 – Planta actual e Planta com a divisão programática (Esc. 1/2 000)	65
Desenho por Camila Saavedra Gonçalves	

	pág.
IMAGENS 44 a 47 – Caminho municipal e rua secundária Fotos por Camila Saavedra Gonçalves	65
IMAGEM 48 – Campos de cultivo Foto por Camila Saavedra Gonçalves	65
IMAGEM 49 e 50 – Divisão programática, localização do estacionamento e centro de apoio ao desporto na natureza Imagem e foto por Camila Saavedra Gonçalves	67
IMAGEM 51 a 54 – Maquete da área de intervenção turística Foto por Camila Saavedra Gonçalves	69
IMAGENS 55, 56 e 57 – Casas desabitadas Fotos por Camila Saavedra Gonçalves	73
IMAGENS 58, 59 e 60 – Fotomontagens com possíveis serviços e alojamentos Fotomontagens por Camila Saavedra Gonçalves	73
IMAGENS 61, 62 e 63 – Campos agrícolas em desuso Fotos por Camila Saavedra Gonçalves	75
IMAGENS 64, 65 e 66 – Fotomontagens com a proposta de campismo rural e revitalização da produção agrícola Fotomontagens por Camila Saavedra Gonçalves	75
IMAGEM 67 – Esquema com localização do estacionamento no plano geral proposto Esquema por Camila Saavedra Gonçalves	77

	pág.
IMAGENS 68, 69 e 70 - Fotografias do lugar Fotos por Camila Saavedra Gonçalves	77
IMAGEM 71 - Plantas e Alçados do edifício do estacionamento Desenhos realizado por Camila Saavedra Gonçalves	79
IMAGENS 72 a 76 – Fotografias da maquete do estacionamento Fotos por Camila Saavedra Gonçalves	81
IMAGEM 77 - Esquema com localização do centro de apoio no plano geral proposto Esquema por Camila Saavedra Gonçalves	83
IMAGENS 78 a 80 - Fotografias do lugar Fotos por Camila Saavedra Gonçalves	83
IMAGENS 81 – Plantas e alçados do Centro de Apoio ao Desporto na Natureza Desenhos realizado por Camila Saavedra Gonçalves	85
IMAGEM 82 – Cortes e alçados do Centro de Apoio ao Desporto na Natureza Desenhos realizados por Camila Saavedra Gonçalves	87
IMAGEM 83 - Pormenores construtivos do Centro de Apoio ao Desporto na Natureza Desenhos realizados por Camila Saavedra Gonçalves	89
IMAGEM 84 a 87 – Fotografias da maquete do edifício do Centro de Apoio ao Desporto na Natureza Fotos por Camila Saavedra Gonçalves	91

	pág.
IMAGEM 88 – Esquema com localização do ponto de observação 1 no plano geral proposto Esquema por Camila Saavedra Gonçalves	95
IMAGENS 89, 90 e 91 - Fotografias do lugar Fotos por Camila Saavedra Gonçalves	95
IMAGEM 92 – Desenhos do ponto de observação 1 Desenhos realizados por Camila Saavedra Gonçalves	97
IMAGEM 93 a 98 – Fotografias da maquete do ponto de observação 1	99
IMAGEM 99 – Esquema com localização do ponto de observação 1 no plano geral proposto Esquema por Camila Saavedra Gonçalves	101
IMAGENS 100, 101 e 102 - Fotografias do lugar Fotos por Camila Saavedra Gonçalves	101
IMAGEM 103 – Desenhos do ponto de observação 2 Desenhos realizados por Camila Saavedra Gonçalves	103
IMAGEM 104 a 109 – Fotografias da maquete do ponto de observação 2	105
IMAGEM 110 – Esquema com localização do ponto de observação 3 no plano geral proposto Esquema por Camila Saavedra Gonçalves	107
IMAGENS 111, 112 e 113 - Fotografias do lugar Fotos por Camila Saavedra Gonçalves	107

	pág.
IMAGEM 114 – Desenhos do ponto de observação 3 Desenhos realizados por Camila Saavedra Gonçalves	109
IMAGEM 115 a 121– Fotografias da maquete do ponto de observação 3	111
IMAGEM 122 – Esquema com localização do ponto de observação 4 no plano geral proposto Esquema por Camila Saavedra Gonçalves	113
IMAGENS 123, 124 e 125- Fotografias do lugar Fotos por Camila Saavedra Gonçalves	113
IMAGEM 126 – Desenhos do ponto de observação 4 Desenhos realizados por Camila Saavedra Gonçalves	115
IMAGEM 127 a 132 – Fotografias da maquete do ponto de observação 4	117
IMAGEM 133 – Esquema com localização do ponto de observação 5 no plano geral proposto Esquema por Camila Saavedra Gonçalves	119
IMAGENS 134, 135 e 136 - Fotografias do lugar Fotos por Camila Saavedra Gonçalves	119
IMAGEM 137 – Desenhos do ponto de observação 1 Desenhos realizados por Camila Saavedra Gonçalves	121
IMAGEM 138 a 143 – Fotografias da maquete do ponto de observação 1	123
IMAGEM 144 – Esquema com localização do miradouro das Fisgas no plano geral proposto Esquema por Camila Saavedra Gonçalves	125

	pág.
IMAGENS 145, 146 e 147 - Fotografias do lugar Fotos por Camila Saavedra Gonçalves	125
IMAGEM 148 – Desenhos do miradouro das Físgas Desenhos realizados por Camila Saavedra Gonçalves	127
IMAGEM 149 a 150 – Fotografias da maquete do miradouro das Físgas Fotos por Camila Saavedra Gonçalves	129

| LISTA DE QUADROS |

	pág.
QUADRO 1 – Tipos de turismo	13
ALEXANDRE, José Alberto Afonso - <i>O turismo em Portugal: evolução e distribuição</i> . [Internet] Disponível em: http://br.monografias.com/trabalhos2/turismo-portugal/turismo-portugal.shtml , pg. 5	
QUADRO 2 e 3 – Sistema Funcional do Turismo e Factores externos a este	15
MONIZ, Ana Isabel – <i>O Turismo nos Açores: Estudo sobre a oferta de alojamento turístico</i> . Ponta Delgada: Jornal da Cultura, 1996. Pg.22 e 24	
QUADRO 4 – Estabelecimentos na área do PNAL	45
POPNAL: Estudos de Caracterização (1ªFase) – Sócio-Economia e Desenvolvimento Rural Volume V, (Celeste Coelho e Fátima Alves, coordenação Geral). ICNB e Universidade de Aveiro, pg.48. Cedido pelo ICNB	

BIBLIOGRAFIA |

| MONOGRAFIAS |

ANTUNES, Alfredo da Mata [et al] – *Arquitetura Popular em Portugal*. 3ª Edição. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. Volume 1

ALVAREZ, José R. Díaz – *Geografía del Turismo*. Madrid: Editorial Sintesis, 1990. ISBN: 84-7738-016-3

COSTA, Alexandre Miguel [et al] – *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional: Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão*. S.l.: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDRAlg) e Edições Afrontamento, 2008. ISBN: 978-989-8208-01-9

COOK, Eduard A.; **VAN LIER**, Hubert N. – *Landscape planning and ecological networks*. Amesterdam: Elsevier, 1994. ISBN: 0-444-82084-1

CUITO, Aurora – *Ecological Architecture Bioclimatic trends and landscape architecture in the year 2001*. Barcelona: Loft Publications, 2000. ISBN: 84-8185-241-4

GALAFORO, Luca – *Land&Scape series: Artscapes El arte como aproximación al paisaje contemporâneo Art as an approach to contemporary landscape*. Segunda edición ampliada. (Daniela Colafranceschi, directora de la colección). Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2007. ISBN: 978-84-252-1843-9

JORGE, Luisa – *Retratos: Ermelo 1196 – 1996*. S.l.: Instituto da Conservação da Natureza e Parque Natural do Alvão, Julho de 1996. ISBN: 972-8083-76-9

KULA, Daniel; **TERNAUX**, Elodie – *Materiology: The creative's guide to materials and Technologies*. Basel: Frame Plubishers Amesterdam and Birkaiser, 2009. ISBN: 978-3-7643-8424-1

HENRIQUES, Pedro Castro – *Parques e Reservas Naturais de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1996. ISBN: 972-22-1289-3

LAURIE, Michael – *An Introduction to Landscape Architecture second edition*. New York: Elsevier Science Publishing Co. Inc., 1986. ISBN: 0-444-0097-1

LOPES, Eduardo Teixeira – *ERMELO: História há 800 anos*. Mondim de Basto: edição do autor, 1996.

LOPES, Eduardo Teixeira – *MONDIM DE BASTO: Memórias Históricas* – Mondim de Basto: edição do autor, 2000.

MAGALHÃES, Manuela Raposo – *A Arquitetura Paisagista Morfologia e Complexidade*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., 2001. ISBN: 972-33-1686-2

MONIZ, Ana Isabel – *O Turismo nos Açores: Estudo sobre a oferta de alojamento turístico*. Ponta Delgada: Jornal da Cultura, 1996. ISBN: 972-755-057-6

- MOURA**, Robert Manners – *Parque Natural do Alvão: Perspectivas*. Vila Real: Parque Natural do Alvão, 1992.
- MOREIRA**, Fernando João – *O TURISMO EM ESPAÇO RURAL: Enquadramento e Expressão Geográfica no Território Português*, (Portugal: Estudos gerais, B8. Coleção Estudos de geografia humana e regional). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1994. ISBN: 972-636-107-9
- OLIVEIRA**, Ernesto Veiga de; **GALHANO**, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. ISBN: 972-20-2397-7
- PRATS**, Lorenç – *Antropología y patrimonio*. Barcelona: Editorial Ariel, 1997. ISBN: 84-344-2211-5
- REH**, Wouter; **STEENBERGEN**, Clemens – *Architecture and Landscape The design experiment of the great european gardens and landscapes*. Basel: Birkhäuser, 2003. ISBN: 3-7643-0335-2
- SARAIVA**, António Paula – *Princípios de Arquitectura paisagista e ordenamento do território*. 1ª Edição. S.l.: João Azevedo Editor. ISBN: 972-9001-71-5
- SANTANA**, Agustín - *Antropología y turismo: Nuevas bordas, viejas culturas*. Barcelona: Editorial Ariel, 1997. ISBN: 84-344-2209-3
- SPELLMAN**, Catherine – *RE-Envisioning Landscape/Architecture*. 1ª Edição. Barcelona: Editora Actar, 2003. ISBN: 84-95273-99-3
- TEIXEIRA**, Gabriela de Teixeira; **BELÉM**, Margarida da Cunha - *Diálogos de edificação: Estudo de técnicas tradicionais de construção*. 3ª Edição. S.l.: CRAT Centro Regional de Arte Tradicionais, 1998. ISBN: 972-9419-38-8
- TREIB**, Marc; [et al] – *Contemporary landscape of contemplation*, (Rebecca Krinke, ed.). New York: Routledge, 2005. ISBN: 0-415-70068-X

ESTUDOS/TESES

- AA. VV.**– *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*. (Maria Lucinda Fonseca, coordenação). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Novembro 2006. ISBN: 972-636-169-9
- AA. VV.**– *DESENVOLVIMENTO RURAL: Desafio e Utopia*, Estudos para o planeamento regional e urbano 50, (Carmina Cavaco, coordenação). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1999. ISBN: 972-636-122-2

AA. VV.– *PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DO ALVÃO: Estudos de Caracterização - 1ª Fase*, (Celeste Coelho e Fátima Alves, coordenação Geral). ICNB (Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade) e Universidade de Aveiro, Setembro de 2004. Cedido pelo ICNB

PIRES, Eliane Cristine Raab - *As Inter-relações Turismo, Meio Ambiente e Cultura*. S.l.: Instituto Politécnico de Bragança, 2004. ISBN 972-745-077-6

SALAVESSA, Maria Eunice da Costa – *A construção vernácula do Alvão: Enquadramento*, (Professor Doutor Arquitecto João Rosado Correia, orientador). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Julho 2001. Tese de Doutoramento (Área das Ciências Exactas Naturais e Tecnológicas)

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

ALEXANDRE, José Alberto Afonso - *O turismo em Portugal: evolução e distribuição*. [Internet] Disponível em <http://br.monografias.com/trabalhos2/turismo-portugal/turismo-portugal.shtml>

TURISMO DE NATUREZA ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO PARQUE NATURAL DO ALVÃO 2000 – 2006: Aldeia de Ermelo, ICNB (Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade). [Internet] Disponível em http://www.icn.pt/TurismoNatureza_anexos/PNAL.pdf

DOCUMENTOS LEGISLATIVOS

DECRETO-LEI nº54/2002 *D.R./ Série A*. 59 [2002-03-11] 2068.

OUTRAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUMAZEDIER, Joffre - *A revolução cultural do tempo livre*. Tradução e revisão técnica Luiz Octávio de Lima Camargo, colaboração na tradução Marília Ansarah. São Paulo: Studio Nobel, 1994. ISBN: 85-85445-33-5

GALÍ-HZARD, Teresa – *Land&Scape series: Los mismos paisajes Ideas e Interpretationes The same landscapes Ideas and Interpretations*. (Daniela Colafranceschi, directora de la colección). Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2005. ISBN: 84-252-1962-0

HUGUES, Theodor [et al] – *Timber construction: details, products, case studies*. Colecção Detail praxis, (Friedemann Zeitler, editor). Basel: Birkhäuser, 2004. ISBN: 3-7643-7032-7

KEMAL, Salim [et al] - *Landscape, natural beauty and the arts*. Great Britain: Cambridge University Press, 1993. ISBN: 0 521 55854 9

RUBY, Andreas; Ruby, Ilka – *Land&Scape series: Groundspaces El reencuentro con el suelo en la arquitectura contemporánea The rediscovery of the ground in contemporary architecture*. Directora de la colección Daniela Colafranceschi. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2006. ISBN: 84-252-1963-4

ON DISEÑO: Arquitecturas sin techo, Objetos en el paisaje, Presencias en la ciudad. Carme Llopis Dirección, N°157 ARAM Ediciones, Barcelona. ISSN: 0210-2080

PASAGES ARQUITECTURA Y CRITICA. José Ballestros ed. N°103. América Ibérica, [Enero 2009]. ISSN: 1575-1937

STEIGER, Ludwig - *Basics timber construction*. Basel: Birkhäuser, 2007. ISBN: 978-3-7643-8102-8

